



Plano de Atividades e Orçamento 2024





Índice

I. Mensagem da Bastonária	5
II. Enquadramento jurídico	7
III. Missão, visão e valores	8
IV. Ética, transparência e responsabilidade	9
V. Princípio da qualidade	10
VI. Análise SWOT	11
VII. Dinamização das representações	12
VIII. Órgãos sociais para o quadriénio 2022-2025	13
IX. Estrutura interna	17
X. Vetores estratégicos	18
XI. Atividades e projetos para 2024	20
XII. Orçamento participativo	42
XIII. Sugestões de formação	44
XIV. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2024	45
XV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2024	67



I. Mensagem da Bastonária

*«A melhor maneira de prever
o futuro é criá-lo»*

Peter Drucker

Nos últimos anos construímos um enorme legado. Ultrapassámos desafios. Encontrámos soluções. Desenvolvemos ferramentas. Criámos valor. Reforçámos o nosso interesse público. Nos últimos anos, elevámos o patamar da nossa profissão. 2024 será um ano de mudança, de reinvenção, de superação e de adaptação a uma nova realidade.

O cenário profissional e o seu enquadramento jurídico, influenciado pelas alterações promovidas pelo novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e Regime Jurídico de Criação, Organização e Funcionamento das Associações Públicas Profissionais, será moldado em torno de uma regulação e apoio profissional mais eficiente, ágil e célere. Tendo sempre, única e simplesmente em consideração o interesse público da profissão, o novo regime de regulação profissional, promete ser mais uma ferramenta para a contabilidade e para os contabilistas certificados.

A contabilidade não é uma profissão, é um caminho cheio de oportunidades de desenvolvimento pessoal. Um caminho que continuamente exige dedicação, esforço, empenho, estudo, compromisso, rigor e os mais elevados valores éticos. É um caminho árduo, no entanto, sabemos que apenas os caminhos difíceis no final são recompensados com sucesso e vitórias. Sem contabilidade não existe transparência financeira e não financeira. Não existe conformidade legal. Sem contabilidade o modelo social não é sustentável.

Encaramos assim 2024 cheios de entusiasmo e motivação, certos que com união, esforço e trabalho independente de interesses, continuaremos a valorizar a nossa profissão e reforçar o interesse público do trabalho dos contabilistas certificados, agentes fundamentais num modelo económico e social focado no ambiente, na economia, nos direitos fundamentais, na solidariedade e na justiça.

No presente plano apresentamos ambiciosos projetos. A continuidade do processo de certificação de qualidade, a reinvenção do modelo pedagógico das formações, a solidificação da estratégia social da Ordem, a construção de um novo modelo de acesso à profissão e a nova e mais rigorosa regulação profissional.

Para 2024 apresentamos um valor total dos rendimentos orçamentados de 23.321.938€, com um desvio positivo de 2.451.085€ em relação a 2023. Por outro lado, os gastos totais previstos para o ano de 2024 apresentam um montante de



22.850.483€, com um aumento de 2.268.124€ em relação ao valor orçamentado no ano de 2023. Assim, para 2024, prevemos um resultado líquido de 467.110€, sinónimo claro de um investimento responsável na Ordem e nos contabilistas certificados, como tem sido sempre hábito do atual Conselho Diretivo.

Demonstração prática da responsável e eficiente gestão dos recursos da Ordem, é a amortização acumulada dos financiamentos do período 2018 a 2024 no valor de 6.784.897€, que corresponde a uma amortização de 66,6% do montante em dívida em 31 de dezembro de 2017, o que, atendendo aos relevantes investimentos na profissão, é um marco muito positivo.

Por fim, importa sublinhar um crescente rácio de autonomia financeira em 31/12/2024 de 71,8%, quando em 31/12/2023 era de 70,6% e em 31/12/2022 de 64,1%.

Projetos ambiciosos com contas saudáveis. É desta forma que podemos resumir um Plano de Atividades e Orçamento para 2024 que serve de sustento a um intenso ano para a nossa Ordem e a nossa profissão.

Contamos com dedicação, comprometimento e ética profissional de todos os contabilistas certificados.

Paula Franco, bastonária

II. Enquadramento jurídico



A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pela Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho e mais recentemente pela Lei n.º 24 - D/2022, de 30 de dezembro, sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, ascendem, à presente data, a 66.564 membros com a inscrição ativa, dos quais 36.379 são mulheres e 30.185 homens, contando ainda com mais 2.285 membros com a inscrição suspensa, totalizando 68.849 membros.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), pela Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, alterada pela Lei n.º 53/2015, de 11 de junho e mais recentemente pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março, pelos regulamentos da Ordem, pelo Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, a sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

A instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

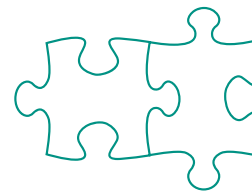
A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competência que pretendem o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho jurisdicional; e Conselho fiscal.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo elaborar o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte. Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para tal, apresenta o Conselho Diretivo o Plano de Atividades e Orçamento para 2024 (PAO 2024).

O plano de atividades é o documento que reflete o pensamento sobre o que será a ação num ciclo anual e representa para o Conselho Diretivo um compromisso perante todos os membros da Ordem e demais interessados na profissão de contabilista.



III. Missão, visão e valores



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

VISÃO

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

VALORES

Competência | Confiança | Excelência | Integridade
Lealdade | Rigor | Sustentabilidade | Transparência.

IV. Ética, transparência e responsabilidade

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e subsidiariamente, para com a sociedade civil.





V. Princípio da qualidade

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma comunicação, gestão e definição estratégica transparentes e honestas.



VI. Análise SWOT*

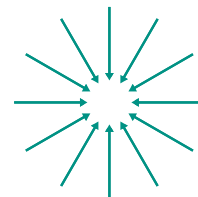
S	W
O	T

<p style="text-align: center;">FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Competência técnica• Processo célere de resposta aos membros• Capacidade formativa e disponibilização de inovadores modelos formativos• Apoio e proximidade aos membros• Representações em todas as capitais de distrito• Preocupação social com os membros• Reconhecimento político e social• União da profissão	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Captação e atração de jovens para a profissão• Relacionamento ético e deontológico entre os membros• Falta de profissionais especializados• Processos e procedimentos não desmaterializados• Falta de contabilistas
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none">• Transformação digital• Contabilidade pública (SNC-AP)• A sustentabilidade empresarial• Novo estatuto da OCC• Plano de Recuperação e Resiliência	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Instabilidade política e legislativa• Crise social mundial• Envelhecimento dos profissionais• Política concorrencial dos membros• Ataques informáticos

*Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)



VII. Dinamização das representações



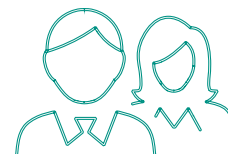
A existência de representações em todos os distritos do país, permite que os contabilistas certificados disponham, perto de si, de todos os serviços da Ordem no apoio à resolução dos mais variados assuntos profissionais. Queremos ainda que estes espaços sirvam como locais de formação e apoio aos membros, mas também, que sejam locais de estudo, *networking*, convívio e bem-estar dos contabilistas certificados.

Paralelamente, mantemos a disponibilização gratuita aos membros de espaços de trabalho e salas de reuniões em todas as representações da Ordem, promovendo as melhores condições de saúde e bem-estar aos contabilistas certificados.

Em 2024, queremos terminar as obras na representação de Viana do Castelo e avançar com significativas melhorias na representação de Braga. Ademais, na representação do Porto, atendendo ao significativo aumento do número de colaboradores dessa representação, queremos adaptar as salas de trabalho dos técnicos bem como os espaços de call center e atendimento aos membros. Queremos ainda realizar melhorias no piso térreo e no último piso da representação do Porto.







VIII. Órgãos Sociais do quadriénio 2022–2025



CONSELHO DIRETIVO




	Bastonária	Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco
	Vice-presidente	Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa
	1.º vogal	Ana Cristina Pena Silva
	2.º vogal	Manuel Madeira Teixeira
	3.º vogal	Helena Cristina Almeida da Costa
	4.º vogal	Álvaro Jorge da Silva Costa
	5.º vogal	Pedro Nuno Mendes Ferreira

CONSELHO JURISDICIONAL





	Presidente	Eugénio Lourenço da Silva Faca
	1.º vogal	Rita Gonçalves Cordeiro
	2.º vogal	Mário Paulo Baptista Cabêda
	3.º vogal	Maria Clara Roque Jesus Oliveira
	4.º vogal	Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano



CONSELHO FISCAL

	Presidente	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes
	Vogal	Raquel Vandra da Mota Pinto
	ROC	José António Marques Pereira

MESA DA ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

	Presidente	Carlos José Castro Alexandre
	Vice-presidente	Aníbal José de Sousa
	1.º secretário	Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho
	2.º secretário	Rita das Neves Marques

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Círculo dos Açores

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro
Isabel Maria Borges Freitas

Círculo de Aveiro

Andreia Raquel Martins Almeida
Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela
Daniel Filipe Moreira Lopes
João Luís Morcela Rodrigues dos Reis
Pedro Nuno Bastos Lima
Susana Maria da Costa Neves

Círculo de Beja

Luís Miguel de Carvalho Medeiros
Maria Ana Mourão Sargento

Círculo de Braga

Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães
Eva Maria Ferreira Salgado
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
José Soares Roriz
Manuel Cruz Gonçalves
Oswaldo Carlos de Sousa Neves

Círculo de Bragança

Aníbal José de Sousa
Maria João Gonçalves Rodrigues

Círculo de Castelo Branco

António Mendes Pinto
Maria Helena Fernandes Lopes

Círculo de Coimbra

Cristina Sofia Batanete Frade Freire
Fernando Emanuel Pimenta Girão
Sílvio Carvalho Vilão

Círculo de Évora

Ana Margarida Mochila Melro Barreto
António Manuel dos Santos Nabo

Círculo de Faro

Carlos Manuel Pera Nunes
José Alberto de Brito Pereira
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira

Círculo de Guarda

Amâncio Fernandes Antunes
Rosa Maria da Silva Dias

Círculo de Leiria

António Cerejo Moreira Caseiro
Leonel Mendes Francisco

Rita das Neves Marques
Vanda Filipa da Conceição Sousa

Círculo de Lisboa

Ana Filipa Coelho Xavier de Basto
Ana Margarida Luís Apolinário
Ana Paula de Assunção de Matos Borlido Martins
António de Jesus Nunes
Bruno José Quelhas Henrique Pereira
Carlos José Castro Alexandre
Daniel Pedro de Matos Albuquerque
Dulce Cristina Ribeiro Pereira
Lídia Isabel Ferreira Vieira
Maria Diotilde Jesus Mateus Videira de Araújo
Maria José Almeida
Maria Teresa Eva das Neves
Mónica Sofia Duarte Marçal
Nelson Alexandre Ferreira
Paulo Alberto Vieira Correia Gomes
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Rui Manuel Machado Ferreira
Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente
Vítor Lino Soares Martins

Círculo da Madeira

Ana Margarida Brazão Escórcio
João Manuel dos Ramos

Círculo de Portalegre

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo
Paulo Alexandre Vivas Castanho

Círculo do Porto

António Jorge Gomes de Azevedo
Bruno Alexandre da Rocha Silva
Carlos Alexandre Quelhas Martins
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho
Júlia Paula da Silva Jardim Martins



Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves
Paulo Jorge Seabra dos Anjos
Rosa Branca Pinto Areias
Rui Jorge Saavedra Magalhães
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz
Vítor Manuel Silva Oliveira

Círculo de Santarém

Ana Margarida Rodrigues Silvestre
Carlos Manuel Boavida Ferreira
Manuel Joaquim Borrvalho Ramalho

Círculo de Setúbal

Alfredo de Jesus Alves
Ana Margarida Ferreira Traquino
Carla Isabel Marques Pereira
Carlos Augusto Cordeiro de Sousa
Manuel Anastácio Teles de Matos
Maria Lúcia Bárbara Quendera

Círculo de Viana do Castelo

António José dos Prazeres Faria Luciano
Maria Deolinda Rufino Viana Correia

Círculo de Vila Real

António Carlos Gomes Dias
Maria João Pinto Borges

Círculo de Viseu

Angélica Maria de Jesus Franco Fernandes
Paulo Jorge dos Santos Marques

IX. Estrutura interna

Competência, responsabilidade, capacidade de resposta, altruísmo e agilidade, são estas as características comuns a todos os colaboradores da Ordem por forma a que os vários serviços e departamentos consigam, nas mais variadas áreas, responder a todas as necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados.



Neste sentido, como é nosso apanágio, continuaremos atentos, identificando necessidades e agindo prontamente no sentido de reforçar os pontos ou áreas de apoio aos membros que carecem de reforço, como aconteceu, no final do presente ano de 2023, com o reforço de quadros para um melhor apoio técnico (contabilidade e fiscalidade) aos membros.

Apesar das crescentes dificuldades em contratar profissionais qualificados e especializados, seja em termos de apoio técnico, jurídico, formativo ou pessoal, continuaremos a melhorar e dia após dia, a ajuda da Ordem será sempre mais eficiente e de pronta resposta.

Ao presente momento, a estrutura interna da Ordem é constituída por 151 colaboradores, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.





X. Vetores estratégicos

I) A Ordem dos membros, para os membros e com os membros



O primeiro e sempre constante vetor estratégico de uma Ordem altruísta, imparcial, independente, transparente e rigorosa são os membros. O principal objetivo da Ordem é servir os membros, através da uma eficiente regulação da profissão, disponibilização de soluções que apoiem profissional e socialmente os contabilistas certificados e uma contínua e eficaz atuação junto dos vários agentes interessados da profissão e da Ordem.

Conciliar a defesa do interesse público da profissão e a defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados. É este o equilíbrio que conseguimos construir e que iremos manter ao longo do próximo ano. Manteremos sempre uma honestidade intelectual e moral ímpar, que conjugadas com um completo desinteresse ideológico e pessoal, permitem orientar a Ordem e a profissão para a criação de valor com base no interesse público, isto é, com base no interesse de toda a comunidade.

II) O contabilista e o relato de sustentabilidade

O relato de sustentabilidade é o futuro hoje. É este o novo panorama profissional, o enquadramento em que já estamos inseridos ou em que nos vamos inserir muito, muito brevemente.

No início de 2023, entrou em vigor a Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relacionada com o relato de sustentabilidade das empresas, comumente designada por CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) que se insere no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a nova estratégia de crescimento da União Europeia, que tem por objetivo transformar a UE numa economia moderna, eficiente, competitiva e sem emissões poluentes até 2025.

Preparado em conformidade com as normas de relato de sustentabilidade europeias que estão a ser desenvolvidas pelo EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group), cumpre aos contabilistas certificados, enquanto parceiros dos responsáveis das empresas e enquanto profissionais qualificados e experientes no uso generalizado de dados, no planeamento financeiro, na mensuração e na divulgação de informação, desempenhar um papel fundamental nesta ambiciosa na jornada de transição do relato financeiro para o relato de sustentabilidade.

Seremos assim agentes fundamentais da mudança para um mundo ambiental,

económica e socialmente sustentável, para um mundo melhor, no entanto, apenas com preparação, competência, ética e rigor conseguiremos criar valor e reforçar o nosso interesse público numa sociedade em mudança.

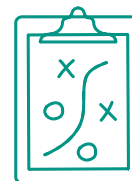
III) Profissionais que constroem confiança

O interesse público só existe quando contabilistas certificados, cumpridores rigorosos do seu código de ética e deontologia, constroem confiança enquanto resultado do exercício da sua profissão.

Seja no âmbito do relato e/ou obrigações e declarações financeiras ou não financeiras, é fundamental que os contabilistas certificados pautem a sua atuação profissional e pessoal, pelos mais rigorosos padrões éticos e deontológicos, caso contrário, não acrescentaremos valor à nossa sociedade. Nesse sentido, temos de estudar e cumprir continuamente o nosso código de ética e deontologia, tornando-nos diariamente melhores pessoas e melhores profissionais.

Uma atuação ética, ajudará a melhorar a confiança nas divulgações da empresa, tanto ao nível de informação financeira como não financeira, apoiando assim, todas as decisões relevantes para os utilizadores relacionados com a empresa. É neste sentido que continuaremos a trabalhar e orientar os contabilistas certificados através da criação e implementação de mecanismos que reforcem os valores éticos no seio da nossa profissão.

XI. Atividades e projetos para 2024



A) A Ordem dos Contabilistas Certificados

Temos uma Ordem cada vez mais presente e dedicada exclusivamente aos membros, influente política e socialmente, rigorosa, transparente e motivada unicamente para a regulação profissional e criação de melhores condições pessoais e profissionais para os seus membros. Elogiada e reconhecida pela sua imparcialidade e isenção política, independência e rigor técnico, a Ordem e os contabilistas certificados, são sinónimo de inegável participação económica e social no país e na comunidade.

Com a aprovação da nova Lei quadro das associações públicas profissionais e do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, que entrará em vigor em 2024, teremos pela frente um novo e reforçado enquadramento regulatório para a profissão. Assim, teremos de nos ajustar, através da atualização dos regulamentos da Ordem e adaptação de procedimentos e serviços internos, por forma a tirarmos o melhor partido do novo regime jurídico da nossa profissão no sentido do reforço do seu interesse público.

Ações previstas:

- Continuar o trabalho de elevação do estatuto social da profissão, atendendo aos conhecimentos técnicos e importância da intervenção na economia e no funcionamento da sociedade, justifica ser o mais elevado junto da sociedade civil em geral;
- Implementação do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, adaptando interna e externamente os serviços da Ordem e alterando, em conformidade, os regulamentos da instituição;
- Disponibilizar o Livro da Contabilidade, uma obra, com vários capítulos que detalha e apresenta tudo o que os contabilistas certificados e demais interessados precisam de saber sobre a contabilidade. Esta obra, apresentar-se-á como uma referência para todos;
- Alienar o imóvel da Av. Gago Coutinho de Lisboa, alocando a receita nos investimentos necessários à expansão dos serviços prestados aos membros;
- Reformular profundamente os sistemas informáticos da Ordem, mais concretamente, queremos uma nova e melhor Pasta CC, um novo e melhor SICC, um melhor Portal das Reuniões Livres e um melhor portal da Ordem. Resumidamente, queremos dar um salto qualitativo em todos os mecanismos, internos e externos, da Ordem;

- Manter a defesa intransigente do dever de sigilo profissional;
- Manter uma constante produção e atualização de “merchandising OCC”, que potencie o orgulho, união e a força da profissão;
- Manter a disponibilização gratuita aos membros de espaços de trabalho e salas de reuniões em todas as representações da Ordem;
- Promoção de ações tendentes ao contínuo desenvolvimento de ferramentas de software de contabilidade, garantindo que as ferramentas informáticas de todos os contabilistas certificados respondem às mais atuais necessidades legislativas e profissionais;
- Continuar a desenvolver e implementar programas que promovam a atração e retenção de jovens novos talentos para a profissão;
- O TOConline é um programa online da Ordem dos Contabilistas Certificados que facilita o trabalho em colaboração e a partilha de informação entre o empresário, os colaboradores da empresa e o contabilista. O mais completo software de gestão online, que centraliza toda a informação da empresa através de um sistema de utilização simplificada, acessível em qualquer local através da internet. Atualmente com seis módulos: - Gestão de ativos; - Salários; - Contabilidade; - Compras; - Gestão de stocks; e - Faturação, o TOConline é uma ferramenta que promove por melhores condições para o exercício da profissão de contabilista certificado. Nesse sentido, em 2024, pretendemos:
 - Disponibilização de novos módulos e melhoria dos existentes, nomeadamente o módulo dos ativos, stocks e gestão de gabinetes;
 - Manter a oferta de uma formação inicial a todos os novos utilizadores contabilistas certificados
 - Melhorar o manual de todos os módulos de modo a responder às necessidades de manuseamento dos utilizadores;
 - Manter a formação em ambiente de trabalho TOConline, ajudando na implementação do software;
 - Criação de modelos preditivos que apoiem a consultoria dos contabilistas certificados;
 - Criação de potencialidades de Openbanking;
 - Mecanismos de inteligência artificial;
 - Melhorar o atendimento técnico escrito, telefónico e presencial.



B) O profissional e a profissão

O interesse público só existe quando contabilistas certificados, cumpridores rigorosos do seu código de ética e deontologia, constroem confiança enquanto resultado do exercício da sua profissão.

É fundamental que os contabilistas certificados pautem a sua atuação profissional e pessoal, pelos mais rigorosos padrões éticos e deontológicos, caso contrário, não acrescentaremos valor à nossa sociedade.

Indiretamente, o interesse público da profissão está também relacionado com o legislador, poder político, tecido empresarial e sociedade civil. Assim, apenas numa ação conjunta sobre todos os agentes interessados, a Ordem conseguirá continuar a promover pelo reforço contínuo do interesse público da profissão. É nesse sentido que continuaremos a trabalhar, sabendo que o caminho para a manutenção e reforço do reconhecimento e respeito profissional, tem de ser percorrido por todos em conjunto.

Ações previstas:

- Dos honorários:
 - Continuaremos a contribuir para soluções, projetos e ferramentas que promovam o justo valor dos honorários cobrados pelos contabilistas certificados, possibilitando uma melhor gestão do trabalho, melhor qualidade dos serviços prestados e melhor qualidade de vida dos membros;
 - Continuar a promover por um melhor conhecimento sobre a profissão e a sua relevância junto do tecido empresarial e sociedade civil;
 - Manter a oferta de formações personalizadas, manuais e artigos específicos para cálculo de honorários;
 - Intensificar as averiguações disciplinares sobre contabilistas certificados que não tenham cumprido o dever de lealdade;
 - Ações de publicidade, marketing e alerta social junto do tecido empresarial e sociedade civil;
 - Atuar em sede de certificação de qualidade, junto de um contabilista certificado que comprovadamente pratique honorários desadequados à complexidade, ao volume de trabalho, à amplitude da informação a prestar e à responsabilidade assumida pelo trabalho executado;
 - Plano de apoio à reestruturação da atividade dos contabilistas certificados. A requerimento do próprio, disponibilizaremos uma equipa de contabilistas certificados com o propósito de ajudar o contabilista requerente a reestrutu-

rar a sua atividade, através da alteração do modelo de negócio, mecanismos de controlo interno, procedimentos profissionais, renegociação de avenças, seleção criteriosa de clientes e demais medidas que permitam ao contabilista requerente reorganizar o seu trabalho e conseqüentemente adquirir melhores condições pessoais e profissionais;

- Reforçar e alargar o âmbito de intervenção dos Contabilistas Certificados nas empresas, na sociedade civil e no Estado;
- Continuação da celebração dos 25 anos de profissão, através da entrega de uma medalha alusiva à data a todos os membros que registem 25 anos de inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados em 2024;
- Manter o bom funcionamento do gabinete de apoio aos membros no acompanhamento às inspeções tributárias, garantindo a igualdade de forças necessárias aquando de um ato inspetivo;
- Disponibilizar o Guia do Contabilista Certificado, que apresente todos os serviços disponibilizados pela Ordem aos seus membros, bem como todos os serviços que os contabilistas certificados disponibilizam ao tecido empresarial e à sociedade civil;
- Continuar a dinamizar a plataforma "Bolsa de Emprego" onde se possam inscrever contabilistas certificados e empregadores;
- Manter a aposta na divulgação e formação "Guia de Boas Práticas Profissionais", uma ferramenta que está e continuará a dotar todos os contabilistas certificados dos conhecimentos, conselhos e dicas que permitam aos profissionais crescer para novos patamares de excelência. Este projeto, fornece orientação prática para os contabilistas certificados por forma a que estes consigam melhor gerir as suas práticas profissionais e os seus negócios, para terem melhores condições de vida pessoal e profissional e operarem de forma mais lucrativa, feliz, competitiva, ética, sustentável e valorizada;
- Continuar a reforçar a proteção dos contabilistas certificados que denunciem situações de fraude ou outros crimes fiscais;
- Terminar o desenvolvimento de um mecanismo de proteção para os contabilistas certificados trabalhadores dependentes, de modo a garantir que tenham a necessária ajuda em processos de demissão ou em situações que se vejam confrontados com pressões que violem normas profissionais e/ou éticas e deontológicas.



C) A Ordem e o poder político

Manteremos sempre uma honestidade intelectual e moral ímpar, que conjugadas com um completo desinteresse ideológico e pessoal, permitem orientar a Ordem e a profissão sempre com base no interesse público. Não olhando a partidos, tendências ou influências internas e/ou externas, manteremos sempre uma discussão com os nossos interlocutores políticos, pautada pela total e absoluta isenção, independência e imparcialidade.

Conseguiremos assim manter a tremenda consideração, admiração e respeito das várias forças político-partidárias do nosso país, o que continua a potenciar significativas vitórias, das mais diferentes naturezas, sempre e unicamente para a profissão e os profissionais.

Ações previstas:

- Continuar o processo de afirmação junto do poder político, reforçando a influência e voz da Ordem dos Contabilistas Certificados em todos os processos legislativos e executivos com influência direta e indireta na profissão e nos profissionais;
- Pugnar por maior estabilidade legislativa, possibilitando que os contabilistas certificados possam acrescentar mais valor aos seus clientes, como, por exemplo, em matéria de planeamento fiscal e modelos de crescimento económicos;
- Alteração da regulamentação do SAF-T (PT);
- Para defesa do interesse público, da transparência e boa gestão da administração dos recursos públicos, continuaremos a alocar todos os nossos esforços ao processo de regulamentação do contabilista certificado público, de forma que a função seja obrigatória e exclusivamente exercida por um contabilista certificado, pois estes são os únicos profissionais com competência e qualificações adequadas à implementação do normativo público (SNC-AP);
- Garantir a consagração legal e implementação da figura do contabilista certificado público;
- Acompanhamento do regime jurídico do justo impedimento, mantendo-o atual face a novas alterações legislativas e se necessário alargar as obrigações profissionais tuteladas pelo regime;
- Continuar o bom trabalho desenvolvido com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, por forma a garantir que os contabilistas certificados peritos inscritos na bolsa, estão devidamente qualificados para o trabalho desenvolvido ao abrigo do projeto Programa Recuperar Portugal – PRR;

- Manter atualizada a bolsa da Ordem de contabilistas certificados suplentes, assegurando que os profissionais que nela constam têm a inscrição em vigor e nenhuma sanção disciplinar aplicada, agilizando, simultaneamente, o processo de indicação de um contabilista certificado suplente;
- Manter e renovar a bolsa de contabilistas certificados peritos, para os tribunais judiciais e Polícia Judiciária, garantindo sempre, na defesa do interesse público da profissão;
- Redobrar o trabalho junto da Comissão de Normalização Contabilística, defendendo os interesses e valores da contabilidade no respeito pelo normativo internacional e sempre atendendo às especificações económicas do nosso país;
- Manter um esforço permanente no melhoramento do calendário fiscal, eliminando sobreposições de prazos fiscais e/ou declarativos;
- Alocar os necessários esforços e reforços para uma uniformização possível, nos modelos das declarações tributárias;
- Dar continuidade à simplificação dos processos declarativos, eliminando obrigações redundantes, que em nada acrescentam valor ou informação, e promover pelos necessários cruzamentos de dados entre entidades públicas;
- Pugnar pela criação de áreas reservadas nos sites das diversas entidades públicas, exclusivamente destinadas ao exercício da atividade do contabilista certificado;
- Promoção ativa da diminuição da burocracia existente na profissão e na economia nacional, possibilitando um clima mais saudável às empresas e ao investimento.

D) Relação triangular: OCC, AT & Segurança Social

A relação com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e a Segurança Social continua, ainda nos dias de hoje e apesar das muitas melhorias, a ser um dos principais obstáculos no exercício da profissão de contabilista certificado. Assim, e ao contrário das tentativas na prevalência de interesses egoístas, falta de compreensão e obstaculização intencional à procura de soluções que, não raras vezes, tem acontecido, exige-se uma relação transparente e pautada pelo respeito mútuo, colaboração e interajuda.

Temos de continuar a trabalhar pela melhoria da relação da AT e da Segurança Social para com os contabilistas certificados. Estas entidades públicas têm de ser vistas como agentes ativos na procura do bem-estar social e económico. Para tal, os serviços e as plataformas devem estar ao serviço da comunidade, atuando de forma ágil, competente, flexível e cooperante. Devem facilitar a procura de soluções, apoiando e simplificando procedimentos.



Assim, a Ordem continuará o seu trabalho, pressionando, exigindo e requerendo alterações profundas no seio destas entidades públicas que existem para servir o bem comum.

Ações previstas:

- Assegurar que as atualizações ao portal da AT sejam previamente comunicadas e realizadas em momentos adequados ao calendário fiscal, bem como as atualizações ao portal da Segurança Social. Não permitir a desresponsabilização latente pelo mau funcionamento destes portais, que tão muito prejudicam o trabalho dos contabilistas certificados;
- Garantir a disponibilização por parte da AT de comunicações via WS (Web service) para envio de obrigações declarativas, obtenção das guias de pagamento e de outros dados do portal;
- Garantir o atendimento presencial sem necessidade de prévia marcação;
- Ver implementadas as propostas referentes à alteração ao regime dos trabalhadores independentes, previsto no Código Contributivo, como: – Cálculo do rendimento relevante; – Início de atividade no regime de contabilidade organizada; – Nova modalidade no regime simplificado; – Base de incidência contributiva; e – Regime de transparência fiscal;
- Esclarecer a interpretação da AT, no que respeita ao dever de colaboração entre contribuintes e AT;
- Acompanhar todo o processo de simplificação e alterações, que estão a ser introduzidas pela Segurança Social;
- Junto da AT e Segurança Social, criar uma linha telefónica direta, de atendimento exclusivo para contabilistas certificados, garantindo que o atendimento é célere e prestado por técnicos habilitados para o efeito;
- Requerer que as notificações das entidades públicas, mais concretamente, AT e Segurança Social, sejam mais claras, percetíveis e sucintas;
- Eliminação ou simplificação das seguintes obrigações fiscais e parafiscais – Mod. 10, Anexo L e Anexo Q da IES, Relatório Único;
- Certificação de regularização do IVA por contabilista certificado independente (art. 78.º-D, n.º1, al. a) e b) do Código do IVA), alterando a norma com o seguinte alcance: – Eliminação da obrigação da certificação ser feita por contabilista certificado independente, passando a certificação a ser feita pelo contabilista certificado do sujeito passivo, que é quem conhece as operações tem acesso aos documentos para registo contabilístico, além de ser um evidente e injustificável custo de contexto; – Eliminação da obrigação da certificação ser feita por ROC

nas situações em que o imposto exceda 10.000€ por pedido de autorização prévia e em relação a créditos incobráveis (qualquer que seja o seu valor);

- Pedido de autorização prévia (PAP) nos termos do n.º 3 do artigo 78.º-C do Código do IVA. Nos termos da Portaria n.º 303/2020, de 28 de dezembro, sempre que o devedor conteste o valor do imposto a regularizar, o PAP é indeferido e o sujeito passivo transmitente dos bens ou prestador dos serviços tem de apresentar recurso hierárquico para se defender e impedir que o PAP seja indeferido. Por outro lado, mesmo que esse recurso hierárquico venha a merecer provimento, o tempo de resposta é excessivo. Todo o procedimento é moroso, complexo e ineficiente, verificando-se muitas vezes que o PAP é indeferido por valores irrisórios ou com bases em falsas declarações do adquirente como mero expediente dilatório da regularização do IVA a favor do Estado. Neste contexto, o procedimento atual não apresenta qualquer interesse para nenhuma das partes, desde logo para o Estado, que vê adiado a regularização do imposto a seu favor até à decisão do recurso hierárquico. Propõe-se que o artigo 7.º da Portaria n.º 303/2020 seja alterado no sentido de, havendo divergência entre os valores em mora declarados pelo fornecedor e pelo adquirente, o PAP não seja indeferido sem que o fornecedor se possa pronunciar sobre a veracidade das declarações do adquirente, num procedimento simples e rápido, que impeça os atuais constrangimentos criados por falsas ou irrelevantes declarações do adquirente moroso, que, não obstante a situação de mora, acaba por assumir um papel preponderante no PAP, e de bloqueador da regularização na esfera do adquirente, que é o sujeito passivo mais lesado (quer pela mora no recebimento quer pelos meios de defesa de que tem de lançar mão para se defender);

- Dispensa de entrega dos inventários valorizados e não valorizados (Decreto-Lei n.º 28/2019, Portaria n.º 126/2019). Esta obrigação deve ser substituída por atos inspetivos dedicados a estes ativos, por inspetores com competências especializadas. A receção de milhões de itens valorizados (ou mesmo não valorizados) por parte da Autoridade Tributária em nada contribui para a redução da fraude e evasão fiscais, não introduz critérios de risk based approach numa área tão sensível para o controlo de gestão e em nada dignifica o contabilista, pois uma mera listagem, ainda que valorizada, nada indica quanto à movimentação e controlo, em geral, destes itens. Por outro lado, há áreas de negócio onde os inventários não assumem especial relevância patrimonial, mas implicam enormes listagens (ex: restauração), ao passo que no setor do retalho a realidade dos inventários é tão díspar que a mera listagem apenas cria custos de contexto. Parece-nos que os controlos das quebras de inventários são uma área onde o controlo fiscal e aduaneiro pode melhorar e em relação à qual a flexibilização dos procedimentos pela AT no âmbito da respetiva documentação no dossier fiscal (*vide* Processo A509 2009009 – despacho do SDG dos Impostos, substituto legal do Director – Geral, em 29-06-2009);



- Limitação do direito à dedução do IVA – artigo 19.º, n.º 9 do Código do IVA. O n.º 9 do artigo 19.º do CIVA exclui do direito à dedução o imposto liquidado em fatura relativa a operações em que devia ter sido aplicado o regime de inversão do sujeito passivo. Os regimes de inversão do sujeito passivo têm-se alargado a mais setores onde prevalece o risco de fraude. Por outro lado, fruto da complexidade da realidade económica, a aplicação destes regimes tem-se revelado fonte de enorme complexidade, em particular no setor da construção civil, mas também no dos produtos silvícolas, com alterações estruturais de entendimento administrativo por parte da AT. Predomina um receio estrutural entre os sujeitos passivos e uma enorme insegurança jurídica na aplicação destas regras, que muitas das vezes gera um efeito contraproducente nos agentes económicos. Por outro lado, a AT não pode estar permanentemente a prestar entendimentos vinculativos sobre realidades económicas que não tem de conhecer em profundidade e que derivam de um conhecimento pouco mais do que do sentido comum sobre certas operações. Sendo a regra de inversão do sujeito passivo uma mera medida de combate à evasão, a limitação do direito à dedução por violação da referida regra, só devia ocorrer na medida em que daí resultasse prejuízo efetivo para o Estado, isto é, quando o fornecedor não tivesse entregado o imposto ao Estado;
- Agilizar a troca automática de informação, por parte da AT à OCC, nomeadamente a informação das entidades pelas quais os contabilistas certificados são responsáveis;
- Promover pela efetivação automática, no Portal da AT, da renúncia, dos contabilistas certificados, de responsável pela contabilidade dos contribuintes, sem que, para tal, dependa qualquer outra ação de qualquer outro contabilista certificado;
- Disponibilização, por parte da Segurança Social, de uma conta corrente e de um e-balcão para comunicação entre os contabilistas certificados e a entidade;
- Comunicação automática do valor dos Pagamentos por Conta aos contribuintes;
- Melhoria da informação apresentada nas guias dos PEF.

E) As contas da Ordem – transparentes, rigorosas, criteriosas

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, foram três promessas alcançadas assim que tomámos posse e continuarão sempre, a ser os pilares da nossa gestão.

Com base na estratégia e compromisso acima referidos, manteremos sempre a total transparência, rigor e critérios de eficiente alocação dos recursos da Ordem. Prestaremos atempadamente contas, com base num relato financeiro e não

financeiro com vertentes sociais e ambientais e alocaremos os nossos melhores recursos e esforços no reforço da qualidade da informação financeira e não financeira reportada.

Ações previstas:

- Continuar a proceder à apresentação e disponibilização, permanentemente, via newsletter, das contas e situação financeira da Ordem a todos os interessados;
- Desenvolvimento da informação apresentada e continuação da publicação e disponibilização trimestral, via newsletter e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares;
- Manter os contabilistas certificados informados e conhecedores da atividade da Ordem, disponibilizando, permanentemente e de forma agilizada, toda a informação;
- Manutenção do rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada;
- Cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem;
- Manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

F) Apoio técnico – fiscal, contabilístico, mediação, jurídico e incentivos

Nas mais variadas áreas da intervenção dos contabilistas certificados, a Ordem, informa, esclarece, interpreta e apoia os seus membros, através da produção de conteúdos tecnicamente rigorosos, independentes, tempestivos e de fácil compreensão.

Apesar da constante melhoria, estamos cientes de que a exigência é cada vez maior e somos ambiciosos. Assim, continuaremos, sempre, a melhorar, através da implementação de estratégias inovadoras de apoio técnico aos membros, o qual se pretende seja alargado a mais áreas, com reforço dos recursos humanos e técnicos necessários, para que possamos estar sempre ao lado dos contabilistas certificados.

Ações previstas:

- Desenvolver ferramentas de inteligência artificial, por forma a implementar soluções informáticas que auxiliem os técnicos da Ordem nas respostas colocadas pelos membros, para aumentar a celeridade das respostas e consequente dimi-



nuição do tempo de espera dos membros;

- Reforço da equipa de técnicos, por forma a garantir a qualidade do trabalho desenvolvido e a diminuir os tempos de resposta;
- Manter uma forte aposta no apoio técnico na área dos incentivos e apoios nacionais e comunitários;
- Manter o alargamento do atendimento técnico, sempre que necessário, nomeadamente, nos períodos antecedentes ao cumprimento das mais relevantes obrigações;
- Continuar o desenvolvimento de manuais explicativos, pareceres, quadros-resumo e informações técnicas sobre as mais recentes matérias;
- Reforçar o serviço de contencioso tributário, apoiando todos os contabilistas certificados em matérias de litígio tributário e judicial;
- Disponibilização de atendimento técnico através de plataformas digitais como o Zoom;
- Disponibilizar a newsletter diária "Novidades Profissionais".

G) Formação para superação

A formação profissional contínua é e será sempre a melhor ferramenta para o desenvolvimento pessoal e profissional dos contabilistas certificados. A formação profissional contínua é e será sempre também, uma base fundamental do trabalho e serviços prestados pela Ordem dos Contabilistas Certificados.

Assim, continuaremos sempre a desenvolver ferramentas formativas inovadoras, lançaremos novos programas de formação e manteremos a atualização e desenvolvimento das atuais plataformas, modelos e cursos de formação. Resumidamente, continuaremos a fazer tudo para darmos formação de topo e sermos a entidade formativa de excelência com que todos os contabilistas certificados contam.

Ações previstas:

- Disponibilização gratuita de toda a formação profissional contínua em formato virtual;
- Tornar obrigatória a formação profissional contínua "Guia de Boas Práticas Profissionais";
- Atualizar o regulamento de formação profissional contínua, adaptando as exigências formativas a áreas de conhecimento e do saber;

- Desenvolver o CCclix realizando e publicando mais vídeos e tutoriais de todas as matérias, do dia a dia dos profissionais, como sejam as matérias estatutárias e deontológicas, matérias de contabilidade, matérias de fiscalidade, matérias sobre o direito do trabalho e segurança social, entre outras;
- Manter a emissão semanal das reuniões livres com transmissão via YouTube, garantindo a existência de modelo de esclarecimento de questões técnicas de livre acesso aos membros;
- Programas formativos para quadros financeiros de topo, de empresas de pequena, média e grande dimensão;
- Organizar e disponibilizar programas de formação sobre apoios e incentivos, com especial ênfase no PRR;
- Continuar com a disponibilização gratuita para os novos membros, inscritos há menos de um ano, de cursos de formação em competências essenciais para o início do exercício da profissão;
- Apostar em formações em áreas transversais à profissão, como as línguas, ferramentas informáticas, *marketing*, técnicas de negociação, entre outras;
- Protocolar com diversas entidades públicas, nomeadamente, a AT e a Segurança Social, a organização conjunta de seminários e sessões de esclarecimento sobre temas controversos, para a promoção do debate de interpretações importantes para os contabilistas certificados e seus clientes;
- Organizar conferências e debates com temas de interesse para os membros, reunindo conhecimento de profissionais, da academia e especialistas;
- Manter a mesma exigência em relação aos formadores, garantindo apenas que só os que obtiverem avaliação superior ou igual a 4 numa escala de 0 a 5 e sem sanções disciplinares, são convidados para elaborar manuais e dar formação. De preferência, os formadores devem ser membros com inscrição ativa e em exercício da profissão ou membros dos colégios da especialidade;
- Pugnar junto do governo, por maiores apoios ao desenvolvimento profissional contínuo dos contabilistas certificados;
- Manutenção na aposta em modelos de formação personalizada em ambiente de trabalho, maximizando a aprendizagem dos formandos.

H) Comunicar para informar

Somos uma porta de informação técnica, na área da contabilidade, fiscalidade e demais matérias relacionadas com a profissão. Somos, uma entidade altamente



reputada na elaboração e disponibilização de informação aos contabilistas certificados e demais interessados.

Quando comunicamos, atendemos sempre à necessidade da mensagem, à sua composição e à forma como melhor a podemos transmitir aos nossos interlocutores, por forma a que a nossa comunicação seja altamente eficiente.

Nesse sentido e tendo em consideração a nossa missão e finalidades, manteremos uma estratégia de comunicação focada nos contabilistas certificados, trabalharemos com os melhores produtores de conteúdos e utilizaremos os necessários e mais variados meios de comunicação para garantirmos a melhor forma de transmissão da mensagem.

Ações previstas:

- Manter a total disponibilidade e abertura para os membros;
- Privilegiar a publicação de artigos técnicos e científicos da autoria de contabilistas certificados nas várias publicações da Ordem, fomentando o estudo e desenvolvimento da ciência contabilística;
- Continuar o desenvolvimento e publicação de novas edições da Revista Científica "Accounting and Management Review | Revista de Contabilidade e Gestão";
- Promover e desenvolver plataformas, que permitam aos membros a obtenção, em tempo real, de informação, não só da atividade da Ordem, mas também sobre legislação, entretanto publicada;
- Manter o trabalho tendente ao aumento da presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, promovendo a marca da Ordem e consequentemente o trabalho, competências, qualificações e valor dos contabilistas certificados;
- Manter uma agenda cultural digital da Ordem – Exposições de pintura, fotografia, lançamento de livros, concertos, entre outros – para dinamização da sede e representações dos Contabilistas Certificados, promovendo a interação entre colegas, empresários e sociedade civil.

I) A ação social da Ordem

A preocupação da Ordem abrange os aspetos profissionais e pessoais/sociais dos seus membros. Queremos que os contabilistas certificados tenham as melhores condições profissionais e pessoais, que exerçam a profissão com a maior dignidade e que vivam com a melhor qualidade.

Uma profissão forte, unida e de interesse público, apoia os colegas mais necessitados nos momentos de maior aflição.

Assim, continuaremos a disponibilizar, com flexibilidade e agilidade, um vasto leque de medidas que reforcem o apoio social da Ordem e que pretendem ir ao encontro das necessidades presentes como se verificou com o pacote de medida de apoio profissional e social disponibilizando aos membros, logo no início da pandemia.

Ações previstas:

- Manter a aposta no reforço das condições da apólice do seguro de saúde aos membros, tentando melhorar o limite máximo de idade, quer as áreas de proteção;
- Garantir a disponibilização gratuita, para todos os membros, de uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, com possíveis condições mais favoráveis e que protejam o maior número possível das áreas de competência, não só exclusivas, mas também partilhadas, dos contabilistas certificados;
- Continuar e manter o fundo de solidariedade social de apoio aos membros, assegurando a qualquer contabilista certificado em necessidade, pelo menos, um rendimento igual ao salário mínimo nacional;
- Reforçar e incentivar a assinatura de upgrades ao seguro de responsabilidade civil, com prémios competitivos, para os que optem por reforçar o risco coberto;
- Fomentar a criação de upgrades que permitam diminuir a franquia e alargar o âmbito das situações abrangidas pela apólice do seguro de responsabilidade civil;
- Manter o apoio ao Grupo de Entreatajuda – Apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados.

J) Da academia à profissão

A nossa profissão está envelhecida e precisa de atrair e reter os melhores novos talentos. Queremos novos profissionais, mas queremos os melhores, que exerçam a profissão pautados pelos mais elevados padrões de excelências técnica e ética e que contribuam para o reforço do interesse público da nossa profissão.

Paralelamente e com a entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, que tem novas regras para o acesso à profissão, é necessário ajustar o regulamento em vigor, transpondo, com as necessárias adaptações, as novas regras. Posteriormente, iremos implementar as novas regras de acesso à profissão, garantindo a total defesa dos direitos dos candidatos, sem nunca, no entanto, prejudicar a qualidade técnica e cumprimento ético dos candidatos e novos contabilistas certificados.



Ações previstas:

- Elaborar um novo Regulamento de Inscrição, Estágio e Exame Profissionais, que transponha as novas regras previstas no novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e adaptação de todos os procedimentos internos necessários para a imediata entrada em vigor das novas regras;
- Criar um modelo de formação para os jovens licenciados e candidatos a contabilistas certificados, que tenha por base as melhores práticas profissionais;
- Garantir e apoiar toda a academia, na adaptação às regras previstas no novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e no regulamento que transponha e regulamente as novas regras;
- Continuação da cooperação com as instituições de ensino e seus intervenientes, para atualização permanente do modelo de acesso à profissão, nomeadamente, o estágio e o exame de avaliação profissional;
- Criar um gabinete de mentoria para os colegas em início de profissão, que faça a articulação necessária entre o mentor (um contabilista certificado com experiência) e o profissional em início de carreira;
- Manter o trabalho de construção de uma melhor perceção da profissão do Contabilista Certificado junto dos jovens talentos que poderão enveredar pela área da contabilidade e da fiscalidade;
- Manter a aposta em programas de atração de novos talentos para a profissão, junto do ensino secundário, através da consciencialização, informação e promoção das mais valias da profissão e sua utilidade pública, quer para o profissional, quer para a própria sociedade;
- Organizar em parceria com o ensino superior, uma pós-graduação em contabilidade e fiscalidade, dedicada a contabilistas certificados que queiram desenvolver os seus conhecimentos e competências técnicas;
- Manter programas e iniciativas de acompanhamento aos novos membros;
- Organizar em estreita colaboração com as entidades de ensino, um projeto de acompanhamento, realizado por contabilistas certificados, dirigido aos alunos finalistas dos cursos que permitam o acesso à profissão. Este projeto, possibilitará uma aproximação à realidade profissional, antes do terminus do curso, contribuindo para uma melhor preparação dos futuros contabilistas certificados;
- Manter o apoio aos projetos de desenvolvimento e estudo científico da contabilidade, através da atribuição de financiamentos, promoção de trabalhos e publicação da Revista Científica da Ordem "Revista de Contabilidade e Gestão", bem como de outras publicações de idêntica relevância.

K) A Ordem e os seus membros nas organizações internacionais

Num momento em que as normas do relato não financeiro ou relato de sustentabilidade, estão a ser desenvolvidas por vários normalizadores, EFRAG – European Financial Reporting Advisory Group e ISSB – International Sustainability Standard Board, e que o IESBA – International Ethics Standards Board for Accountants e o IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board, estão a adaptar os normativos existentes no sentido de os ajustarem às novas exigências do relato não financeiro, é fundamental que a Ordem, enquanto regulador, mantenha um trabalho contínuo de acompanhamento e influência, por forma a se garantir o bom desenvolvimento dos normativos de acordo com a realidade dos profissionais e tecido empresarial português.

Paralelamente, continuaremos a trabalhar com as congêneres internacionais, no sentido de partilhar boas práticas e experiências e desenvolver ferramentas e mecanismos que apoiem os contabilistas certificados no exercício da profissão.

Ações previstas:

- Manter a aposta ganha na internacionalização da Ordem e dos contabilistas certificados, através da crescente e sólida participação em fóruns e organizações internacionais, que promovam o desenvolvimento da profissão e a partilha de melhores práticas;
- Tradução para português das normas internacionais;
- Garantir que o desenvolvimento internacional das normas contabilísticas, tenham em consideração as particularidades da realidade profissional e económica portuguesa;
- Acompanhar e influenciar o processo de desenvolvimento do normativo referente ao relato de sustentabilidade;
- Continuar a trabalhar nas direções, grupos ou comissões técnicas da International Federation of Accountants (IFAC), European Federation of Accountants for SMEs (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM), e Edinburgh Group (EG);
- Trabalhar com organizações congêneres dos países de língua portuguesa, seja no sei da UCALP – União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa, seja bilateralmente.

L) Da certificação de qualidade

Lançado no VII Congresso da Ordem dos Contabilistas Certificados, o novo projeto da certificação de qualidade da Ordem não pretende ser sancionatório, pe-



nalizador, fiscalizador, moroso e dispendioso mas sim pedagógico, colaborativo, orientador, ágil e eficiente.

Equacionado para evoluir paralelamente à capacitação dos membros, apoiando-os e ajudando-os a melhorarem o seu modelo de exercício profissional, o processo tem as seguintes etapas: 1.º – Inquérito aos membros, que decorreu até final de 2022; 2.º – Disponibilização do Guia de Boas Práticas, que teve lugar em setembro de 2023; 3.º – Formação profissional contínua com base no referido Guia e no seu padrão de qualidade, que decorreu e decorre no último trimestre de 2023; 4.º – Formação profissional contínua obrigatória sobre o Guia para todos os contabilistas certificados; 5.º – Formação personalizada, em ambiente de trabalho, conforme solicitação, para implementação das melhores práticas; 6.º – Procedimento de certificação de qualidade, obrigatório para os profissionais alvo de denúncias frequentes e sancionados disciplinarmente e voluntário para os restantes CCs, bem como para os contabilistas certificados que não cumpram com as melhores práticas profissionais previstas no Guia.

A etapa 4.º, 5.º e 6.º, supra apresentadas, iniciarão já no início de 2024.

Paralelamente, será criado um provedor da certificação de qualidade para mediar eventuais conflitos ao longo de todo o processo de certificação de qualidade.

Ações previstas:

- Continuar a disponibilização do "Guia de Boas Práticas Profissionais ", que define as práticas profissionais a serem cumpridas pelos contabilistas certificados;
- Continuar a desenvolver novos modelos de formação profissional contínua com base no Guia de Boas Práticas Profissionais, capazes de dotar os contabilistas certificados dos conhecimentos e das aptidões necessárias à implementação dos mesmos;
- Definição da obrigatoriedade de presença na formação profissional de Boas Práticas;
- Construção do modelo de formação personalizada, em ambiente de trabalho, sobre Boas Práticas Profissionais;
- Início dos procedimentos de certificação de qualidade;
- Criar e disponibilizar um guia de apoio à implementação da norma ISO 9001 nos gabinetes de contabilidade.

M) Colégios das especialidades

Os colégios das especialidades são essenciais ao desenvolvimento da ciência

contabilística e fiscal, para a promoção do crescimento, reflexão e estudo de matérias fundamentais à profissão e ao seu exercício. Após a reorganização dos mesmos, que atualmente desenrolam plenamente as suas atividades e funções, continuaremos o caminho de fortalecimento dos colégios e das especialidades que estes representam.

Continuaremos sempre atentos por forma a criar algum novo colégio que se entenda necessário para o desenvolvimento de determinada área profissional. Mais concretamente, na área do relato não financeiro e dos incentivos, matérias que pela sua dimensão crescente, ganham espaço e afirmam-se como área merecedoras de um colégio da especialidade.

Paralelamente, adaptaremos o regulamento dos colégios da especialidade às novas regras do novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Ações previstas:

- Apoiar os colégios das especialidades, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias ao desempenho das suas funções;
- Adaptar o regulamento dos colégios da especialidade ao novo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Promover os colégios das especialidades e criar de um sistema de reconhecimento e interação com as instituições de ensino superior, que garantam a equidade do título de especialista concedido pela Ordem;
- Continuar o apoio e cooperação com os colégios das especialidades na elaboração e organização de trabalhos técnicos, conferências, debates, tertúlias e demais atividades de cariz técnico-científico que crie mais-valias para os contabilistas certificados;
- Publicar os melhores trabalhos aprovados nas provas de especialistas da Ordem quer em formato físico, quer em formato e-book;
- Promover e divulgar os colégios das especialidades nos eventos que a Ordem realiza ao longo do ano.

N) A Ordem, outros parceiros e sociedade civil

Os agentes com os quais a Ordem e os seus membros se relacionam, seja pessoal ou profissionalmente, são cada vez mais e de naturezas variadas. À Ordem compete estar atenta à criação/nascimento de novos agentes e encetar comunicações com os mesmos, garantindo que a profissão e os profissionais são sempre tidos na melhor das considerações.



Cumpra também à Ordem, enquanto entidade de interesse público e porque sabemos das mais valias em se ter agentes financeiramente informados, promover por programas e projetos de literacia fiscal e financeira, aproximando a população portuguesa da linguagem da gestão pessoal e dos impostos.

Queremos também que os Contabilistas Certificados possam usufruir de vantagens no fornecimento de produtos e serviços, junto das mais variadas empresas, com ampla cobertura geográfica, pelo que continuaremos a apostar na implementação do projeto + CC + Vantagens.

Ações previstas:

- Continuar a promover e a despertar consciência para o trabalho dos contabilistas certificados, com vista a um maior reconhecimento pessoal e profissional;
- Promover o protocolo celebrado entre a Ordem e os Tribunais Judiciais e entre a Ordem e o Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), garantindo uma ativa participação dos contabilistas certificados como técnicos peritos;
- Manter, em colaboração com a academia e o governo, a aposta em projetos e iniciativas que pugnem por uma maior literacia financeira de toda a sociedade.
- Promover o " IRS TOUR" junto dos alunos do 12º ano do ensino secundário, dos alunos do marketing profissional, dos profissionais de saúde e dos artistas e profissionais da cultura;
- Trabalho conjunto com a APECA (Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Gestão), no sentido de revisão profunda das tabelas salariais para os contabilistas certificados trabalhadores dependentes;
- Realizar o "Dia Aberto" da Ordem, abrindo todos os espaços à comunidade, por forma a mostrar o trabalho dos contabilistas certificados e sua relevância para a sociedade civil;
- Reforçar o projeto + CC + Vantagens, continuando a apostar na celebração de protocolos e disponibilização de condições vantajosas para os contabilistas certificados junto de entidades terceiras;
- Manter a pressão junto do governo para a obrigatoriedade de qualquer empresário, antes do início da atividade frequentar formação na área da gestão, que lhe permita uma melhor interligação, criadora de valor, com o contabilista certificado;
- Estabelecer protocolos com diversos organismos públicos e privados, tendentes à organização e participação em eventos culturais e desportivos;
- Organizar eventos de cariz social, como atividades desportivas, convívios e outras;

- Desenvolver, em parceria com a Ordem dos Psicólogos, um projeto de Educação Emocional e de Saúde Mental para os contabilistas certificados.

O) Apoios e Incentivos

A bolsa de peritos contabilistas certificados no Programa de Recuperação e Resiliência – PRR, resultado do protocolo celebrado entre a Ordem e a Estrutura Recuperar Portugal, tem sido um promotor de confiança pois, através do controlo e fiscalização dos contabilistas certificados, podemos ter certeza na correta alocação dos fundos atribuídos. A Ordem, continuará, como até aqui, a acompanhar este projeto, formando e orientado os seus participantes, contribuindo assim, uma vez mais, para o desenvolvimento económico e social do nosso país.

Ações previstas:

- Garantir o bom desenvolvimento do protocolo celebrado entre a Ordem e a Estrutura Recuperar Portugal:
- Continuar a desenvolver as necessárias ferramentas para que os contabilistas certificados sejam cada vez mais agentes de acesso a apoios e incentivos nacionais e internacionais, concentrando toda a informação;
- Manter a aposta no desenvolvimento de quadros-resumo, informações e notas sobre todos os apoios e incentivos existentes, com ligações a toda a informação detalhada, despertando consciência para a sua existência e mais valias;
- Apostar em programas de formação profissional contínua, que reforcem as capacidades dos contabilistas certificados e os dotem dos conhecimentos necessários para desempenharem o papel de consultores em matérias de apoios e incentivos;
- À semelhança do alcançado com o COMPETE, celebrar protocolos com outras entidades e organismos intermediários, destacando-se o papel do contabilista certificado em todos os processos.

P) Dia Nacional do Contabilista Certificado

A celebração da nossa profissão é já uma tradição no dia 21 de setembro. No Dia do Contabilista Certificado, celebramos, com orgulho e alegria, a nossa profissão, o que somos, o que alcançamos, a nossa reputação, reconhecimento e valor. Em 2024 não será exceção e novamente, com muitas surpresas, prometemos um dia em cheio, um dia em que dizemos que somos contabilistas certificados, profissionais de interesse público, agentes fundamentais num mundo ambiental, social e economicamente sustentável.



Q) XVIII Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados

Encontro após encontro superamos expectativas. Em 2024, organizaremos mais um Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados, prometendo reunir mais de 1.000 profissionais e suas famílias para uma festa cheia de alegria, energia positiva e divertidos momentos. Quando pensamos que já não conseguimos organizar um melhor Encontro, com mais participantes e mais animação, eis que surge um Encontro ainda maior, com mais participantes e com mais animação mas sempre com tremenda alegria, união e fraternidade entre colegas, 2024, não será exceção.

R) Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados

Outro evento já clássico da Ordem é a Festa de Natal quem em 2024 iremos reeditar em, pelo menos, a cidade do Porto e de Lisboa. Num evento marcado pela magia do Natal, contabilistas certificados e suas famílias, volta a ser “pequeninos” e durante umas horas vivem momentos plenos de conforto, carinho e encantamento. Em 2024, prometemos muitos doces, magia, surpresas, música e animação em mais uma maravilhosa Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados.

S) IV Congresso Internacional de Contabilidade Pública

A Ordem e a ESTG-IPL organizam a 14 e 15 de março de 2024 o IV Congresso Internacional de Contabilidade Pública (CICP). Tema: «Desafios da contabilidade pública num mundo em mudança».

O IV CICP será, mais uma chance, para reivindicar e defender a contabilidade e o contabilista público que, para além de uma oportunidade suplementar para a profissão, será, igualmente, altamente vantajosa para as entidades públicas. Este será apenas um dos ângulos a abordar em Leiria, em março do próximo ano. Fica feito o repto para que as comunidades académica e profissional se juntem a nós, em Leiria, participando com trabalhos e assistindo às sessões plenárias e paralelas. Vai valer, certamente, a pena.

T) Congresso Internacional de História da Contabilidade *International Congress of Accounting History*

A Ordem e a sua Comissão de História da Contabilidade, promovem a 10 e 11 de outubro de 2024, nas instalações da OCC, no Porto, o International Congress of Accounting History (Congresso Internacional de História da Contabilidade), subordinado ao tema «The cultural and social dimensions of accounting: an historical perspective» («As dimensões culturais e sociais da contabilidade: uma perspetiva histórica»).

Pretende-se que este evento seja um marco e uma referência, contribuindo com mais um passo para aproximar a academia e a profissão. Para tal, a Ordem aposta forte nesta iniciativa, ambicionando ter os melhores especialistas, nacionais e internacionais. Do estrangeiro são já presenças confirmadas, oradores como Christopher Napier, Giulia Leoni e Garry Carnegie.

U) II Encontro Insular dos Contabilistas Certificados

Após o sucesso da primeira edição, rumamos ao arquipélago dos Açores para o II Encontro Insular dos Contabilistas Certificados em que, durante dois dias, olharemos para a insularidade de forma aprofundada, contribuindo, de forma ímpar, para o desenvolvimento da profissão nas ilhas dos Açores e da Madeira, sem esqueceremos, o convívio e celebração entre colegas. Serão dois dias de alegria e onde criaremos muitas memórias para todos os participantes. Convidamos assim todos os colegas a participarem, sejam dos Açores, da Madeira ou do Continente.

V) I Congresso da UCALP

Em 2024 queremos promover pela organização do I Congresso da União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa, em local ainda a definir mas que consiga convergir todas as organizações membro por forma a dinamizar, estimular e impulsionar a UCALP, as suas organizações e os seus membros profissionais. Em torno de um idioma, uma cultura e uma profissão, será esse o mote de um Congresso que em parceria com a CPLP, promete criar as melhores condições para a partilha de experiências e boas práticas.

XII. Orçamento participativo

Mais uma vez, com esta iniciativa, verificamos a participação e proximidade dos contabilistas certificados na vida da Ordem. Apoiando, comentando, sugerindo e influenciado em iniciativas e projetos que ajudem a Ordem a definir a sua estratégia e missão.

Neste orçamento participativo, recebemos um número recorde de propostas, muitas das mesmas, já consagradas no presente documento ou no planeamento geral da Ordem dos Contabilistas Certificados. Outras, independentemente de não estarem consagradas abaixo, influenciaram, de forma muito positiva, a definição da estratégia, objetivos e projetos para 2024.

Assim sendo, resultado direto do orçamento participativo, apresentamos as seguintes sugestões (algumas englobam várias propostas recebidas), as quais iremos implementar durante o ano de 2024:

- Promoção de um evento desportivo entre contabilistas certificados;
- Organização das primeiras olimpíadas da contabilidade e da fiscalidade;
- Ações de promoção ambiental tendo em vista a diminuição da pegada de carbono da OCC.
- Conceber e distribuir uma pasta resistente e personalizada para todos os profissionais em atividade, para uso diário;
- Criar um «ChatGPT» da contabilidade, tendo por base o consultório técnico, a legislação e toda a base de dados da OCC;
- Promoção do «Grupo de Jovens OCC», com a inclusão de jovens neste grupo de trabalho, de modo a fomentar a relação entre as universidades e o mundo académico. Paralelamente, criar, com periodicidade trimestral, reuniões informais com os membros após a sua admissão à profissão;
- Criação de comissão especializada que podia denominar-se «Criar tempo» – um fórum de ideias para poupar tempo em todo o tipo de trabalhos quotidianos e de obrigações declarativas, no relacionamento dos contabilistas, por exemplo, com a AT e a Segurança Social. As sugestões seriam apresentadas pela Ordem em reuniões regulares com estas entidades;
- Acordos com agências de viagens e a publicidade de planos de destinos de viagens de férias especificamente dirigidos a grupos de contabilistas certificados e respetivas famílias. Nomeadamente, para usufruto do tempo livre proporcionado pelas «férias fiscais e contributivas», em agosto;



- Cartão de crédito/débito com o logotipo da OCC, à semelhança do que já existiu no passado. Forma de prestigiar e credibilizar a classe;
- Serviço de obtenção de certificados de residência (modelo 21-RFI) e a respetiva base de dados;
- Descentralizar atividades lúdicas e recreativas para as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.





XIII. Sugestões de formação

A formação é, desde sempre, um dos pilares fundamentais da relação da Ordem dos Contabilistas Certificados com os seus membros e um dos que mais influência tem no desempenho profissional diário. Nesse sentido, a fim de compreender quais as necessidades e opiniões dos contabilistas certificados, a OCC divulgou um brevíssimo questionário para perceber quais as áreas formativas preferenciais ou aquelas que podem estar em falta, com o intuito de as incluir no plano de formação para 2024.

Com uma surpreendente participação, tendo-se ultrapassado as 2.000 sugestões em pouquíssimos dias, sinal claro da vontade que os membros têm em participarem na vida da Ordem, recebemos excelentes contributos, salientando os seguintes que iremos incorporar no plano formativo de 2024:

- Modelo 30 – correto preenchimento;
- Mais habitação – tudo o que precisa de saber;
- Contratos coletivos de trabalho;
- Formação sobre SNC-AP;
- Entidades do sector não lucrativo;
- Contabilidade de Entidades do Setor não Lucrativo – IPSS.
- Empresas TVDE;
- Alojamento Local;
- Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
- Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS);
- Regimes MOSS e OSS (Balcão Único);
- Apoios e incentivos;
- Abertura e encerramento de empresas – aspetos contabilísticos e fiscais.

XIV. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2024

1	2
3	4

Num momento de extrema relevância para a profissão, o plano de atividades foi construído tendo por base três grandes vetores estratégicos definidos pelo Conselho Diretivo da Ordem para a implementação da política delineada para o mandato 2022-2025, I – A Ordem dos membros, para os membros e com os membros; II – O contabilista e o relato de sustentabilidade III – Profissionais que constroem confiança.

A Ordem é dos seus membros e todas as suas ações são para os membros, devendo a Ordem manter-se sempre ao lado dos membros. O principal objetivo da Ordem é servir os membros, através da uma eficiente regulação da profissão, disponibilização de soluções que apoiem profissional e socialmente os contabilistas certificados e uma contínua e eficaz atuação junto dos vários agentes interessados da profissão e da Ordem. Conciliar a defesa do interesse público da profissão e a defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados. É este o equilíbrio que conseguimos construir e que iremos manter ao longo do próximo ano.

O interesse público da profissão prende-se com o valor que o poder político, tecido empresarial e a sociedade civil dá ao nosso trabalho. Requerendo, cada vez maior quantidade e mais variada informação, por forma a não só garantirmos, mas reforçarmos o interesse público da nossa profissão, temos de abraçar o nosso papel e responsabilidade económica, financeira, social e ambiental.

Enquanto criadores de valor dotado de interesse público, devemos procurar desempenhar um papel cada vez mais ativo na construção do paradigma económico e social sustentável, produzindo trabalho que se foque não só no relato financeiro, mas também no relato de sustentabilidade.

Num prisma de contenção e consolidação, alocaremos todos os recursos humanos e financeiros de forma a concretizar o conjunto de propostas apresentadas no plano de atividades capazes de efetivamente mostrar como todas as peças se encaixam, potencializando o contabilista certificado e as suas funções na criação de valor.

A concretização dos vetores estratégicos da Ordem, a alocação de todos os seus recursos de forma eficiente e ágil na regulação e desenvolvimento da profissão e dos seus membros, fornecer aos contabilistas certificados as ferramentas necessárias para ajustarem ou aperfeiçoarem o seu perfil profissional tendo em conta



os mais elevados padrões de qualidade, preparando-se para um futuro cheio de oportunidades, o reforço da classe profissional e fortalecimento da sua posição junto de toda a sociedade, em geral, tendo em consideração o seu interesse público, apenas será possível com a execução de um plano operacional de ação que inclui as medidas concretas que constituem a base dos projetos e atividades a desenvolver em 2024, dependendo a concretização da disponibilidade e boa afetação dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo elaborar o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.

Neste capítulo o Conselho Diretivo apresenta a proposta de orçamento da Ordem dos Contabilistas Certificados para o ano de 2024.

Enquadramento

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, foram três promessas alcançadas nos últimos cinco anos.

Com base nos três focos referidos, conseguimos aumentar o rácio de solvabilidade e a autonomia financeira, diminuir o passivo e aumentar o ativo e os fundos patrimoniais e, mesmo em pandemia, obtiveram-se sempre resultados líquidos positivos, apesar da exceção prevista de resultado líquido negativo ano de 2022 relacionada com o acréscimo de gastos pela realização do VII Congresso CC, derivado do aumento excepcional dos preços. Tudo isto, aumentando, paralelamente, os serviços e apoios aos membros, comprovando assim que se pode alcançar grandes resultados, sem esbanjamento e com uma boa gestão dos recursos.

Iremos sempre, garantir a mesma transparência, o mesmo rigor, os mesmos critérios na alocação dos recursos da Ordem. Informaremos e prestaremos contas, com base num relato financeiro e não financeiro com vertentes sociais e ambientais. Como hoje, as contas da Ordem serão o exemplo maior da boa prestação de contas junto da sociedade civil, reforçando o valor e interesse público da Ordem e dos contabilistas certificados, sendo um *benchmark* a seguir pelos mais variados *stakeholders*.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros; Transparência em todos os atos da instituição. É assim que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem, sempre em prol dos contabilistas certificados.

As contas da Ordem são hoje, sinónimo de transparência na gestão, informação pertinente e atempada. A publicação de relatórios financeiros intercalares trimestrais permite aos contabilistas certificados e à sociedade em geral um co-

nhecimento global e aprofundado sobre as contas da Ordem dos Contabilistas Certificados, permitindo um total escrutínio das atividades desenvolvidas.

A total clareza de processos na divulgação de informação económico-financeira da instituição é um cunho indissociável do atual Conselho Diretivo, tendo em vista construir uma nova era na nossa profissão, uma era de rigor, transparência e mais eficiente gestão de recursos.

Em 2024, pretendemos dar continuidade na apresentação e disponibilização, permanentemente, da situação financeira da Ordem a todos os interessados, intensificar o desenvolvimento da informação apresentada e continuar com a publicação e disponibilização trimestral, via newsletter e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares. Pretendemos desenvolver o relato integrado da Ordem em 2024, com informação financeira e não financeira, considerada uma prioridade fundamental da Ordem, mostrando o valor da informação não financeira junto dos vários *stakeholders* da Instituição.

Na sequência da prática verificada em anos anteriores, pretendemos manter o rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada.

Pretendemos cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem e manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

De seguida apresentam-se os valores para as principais rubricas do orçamento:

Rendimentos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos totais orçamentados para os anos de 2023 e 2024:

euros

Rendimentos	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vendas	10 044	10 440	-396	-3,8%	
Prestações de serviços	22 151 267	20 291 558	1 859 709	9,2%	95,0%
Trabalhos para a própria entidade	922 796	327 138	595 658	182,1%	4,0%
Outros rendimentos	87 922	241 718	-153 796	-63,6%	0,4%
Juros, dividendos e outros rendimentos	149 910		149 910		0,6%
Total	23 321 938	20 870 853	2 451 085	11,7%	100,0%

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2024 é de 23.321.938 euros, apresentando um desvio favorável face aos valores orçamentados em 2023 de +2.451.085 euros (+11,7%).



Comparação do orçamento 2024 com o orçamento de 2023

euros

Rendimentos	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vendas de mercadorias	10 044	10 440	-396	-3,80%	0,00%
Serviços prestados	22 151 267	20 291 558	1 859 709	9,20%	95,00%
Jóias	94 400	114 060	-19 660	-17,20%	0,40%
Quotas	11 720 250	11 826 180	-105 930	-0,90%	50,30%
Ações de Formação OCC	1 811 516	989 470	822 047	83,10%	7,80%
Formação eventual	1 578 696	887 386	691 310	77,90%	6,80%
Formação (segmentada e recorrente)	127 160	102 083	25 077	24,60%	0,50%
Conferências	105 660		105 660		0,50%
Taxas e emolumentos	518 670	636 292	-117 622	-18,50%	2,20%
Inscrições - Reg. atribuição créditos	7 025	8 347	-1 322	-15,80%	0,00%
Vinhetas	41 513	43 444	-1 932	-4,40%	0,20%
Outros serviços	7 957 894	6 673 765	1 284 129	19,20%	34,10%
Serviços de informática (aos membros)	7 873 716	6 510 063	1 363 653	20,90%	33,80%
Cedência espaço instalações OCC e serviços complementares	30 507	9 650	20 857	216,10%	0,10%
Encontro Nacional dos CC	21 780	50 000	-28 220	-56,40%	0,10%
Outros eventos	31 891	74 000	-42 109	-56,90%	0,10%
AFAF - Reforço Capacidades Institucionais (OTOCA)		30 052	-30 052	-100,00%	
Trabalhos para a própria entidade	922 796	327 138	595 658	182,10%	4,00%
Projeto CCclix		217 322	-217 322	-100,00%	
Projeto Portal Institucional		55 305	-55 305	-100,00%	
Projeto Gestão Acessos OCC	92 586	54 511	38 075	69,80%	0,40%
Projeto de Desenvolvimento Informático	830 210		830 210		3,60%
Outros rendimentos	87 922	241 718	-153 796	-63,60%	0,40%
Multas-processos disciplinares e AT	87 922	98 901	-10 979	-11,10%	0,40%
Rendas		142 817	-142 817	-100,00%	0,00%
Juros, dividendos e outros rendimentos	149 910		149 910		0,60%
Juros obtidos	149 910		149 910		0,60%
Total	23 321 938	20 870 853	2 451 085	11,70%	100,00%

O valor orçamentado em 2024 referente à venda de mercadorias (material *merchandising*) é de 10.044 euros, apresentando uma redução em relação ao valor do orçamento de 2023 de -396 euros (-3,8%), atendendo ao valor real previsto para o ano de 2023.

A prestação de serviços com um peso de 95,0% no valor total dos rendimentos orçamentados, apresenta o valor de 22.151.267 euros, superior em 1.859.709 euros (+9,2%) face ao valor orçamentado para o ano de 2023.

O valor das quotas, rubrica com maior peso nos rendimentos da Ordem, apresenta o valor de 11.720.250 euros (50,3%) e uma redução de 105.930 euros (-0,9%) face ao valor orçamentado em 2023. O valor orçamentado para as quotas tem em consideração a manutenção dos atuais 66.564 membros ativos, com uma quota mensal de 15 euros e os 2.285 membros suspensos, com uma quota mensal de 7,5 euros.

Salienta-se que o orçamento de 2023, considerou os 67.504 membros existentes à data da sua elaboração, com uma quota mensal de 15 euros e 2.322 membros com suspensão voluntária, com uma quota mensal de 7,5 euros.

Prevê-se ainda que ao longo do ano de 2024 existam uma média de 467 novos membros, para os quais se perspetiva uma redução de 50% nos primeiros doze meses de inscrição, sendo o impacto orçamental desta redução do valor das quotas de 42.030 euros.

Também para os membros com mais de 80 anos, prevê-se a isenção das quotas para os que não desenvolvem atividade (média de 724 membros), com um impacto na redução do rendimento das quotas de 133.200 euros. Adicionalmente, está previsto a redução das quotas em 50%, para membros que não desenvolvem atividade entre os 75 anos e os 80 anos (média de 687 membros). Esta medida, terá um impacto na redução dos rendimentos das quotas de 61.830 euros.

Prevê-se ainda a existência do cancelamento de inscrição de 1.277 membros, com um impacto desfavorável no orçamento de 2024, de 229.860 euros.

As prestações de serviços referentes a ações de formação, tem um peso de 7,8% no total dos rendimentos da Ordem, com um valor de 1.811.516 euros, tendo uma variação positiva de 822.047 euros (+83,1%) face ao valor orçamentado em 2023. Neste âmbito, a formação eventual tem o peso mais significativo, apresentando um valor estimado de 1.578.696 euros, mais 691.310 euros (+77,9%) que o valor orçamentado para o ano de 2023, atendendo que está previsto a realização de quatro formações eventuais, mais uma que o previsto no orçamento de 2023, e o número de formandos previsto em 2024 foi estimado tendo em consideração os números reais do ano de 2023.

Salienta-se que toda a formação on-line, (formação à distância, Plug-in, descomplicar na hora, Reuniões livres e CCclix) passou a ser gratuita desde de 1 de janeiro de 2023. O valor dos rendimentos das ações de formação previsto no orçamento para o ano de 2024, tal como sucedeu em relação ao orçamento de 2023, é exclusivamente referente à formação presencial (formação eventual e formação segmentada).

O programa de formação profissional contínua da Ordem que antes da crise pandémica assentava principalmente em modelos de formação presencial, durante o ano de 2020, reinventou-se em novos modelos de formação, e conseguiu-se criar uma capacidade de resposta tremenda às necessidades dos membros, tendo-se alterado substancialmente o figurino da estrutura de gastos associada ao novo modelo, em comparação com a situação anterior, antes do COVID-19.

No ano de 2024 pretende-se disponibilizar inovadoras e diversificadas sessões de formação profissional contínua, que respondam às mais recentes necessi-



dades formativas dos contabilistas certificados, assegurando que o programa e modelos formativos da Ordem se mantêm atuais, flexíveis, modernos e completos.

É premissa para o ano de 2024 continuar a desenvolver o CCCLIX realizando e publicando mais vídeos e tutoriais de todas as matérias, do dia a dia dos profissionais, como sejam as matérias estatutárias e deontológicas, matérias de contabilidade, matérias de fiscalidade, matérias sobre o direito do trabalho e segurança social, entre outras.

Pretende-se, em 2024, manter a emissão semanal das reuniões livres com transmissão via YouTube, garantindo a existência de modelo de esclarecimento de questões técnicas de livre acesso aos membros.

Em 2024, a OCC vai continuar com a disponibilização gratuita para os novos membros, inscritos há menos de um ano, de cursos de formação em competências essenciais para o início do exercício da profissão.

Depois da derrogação do dever de realização dos 30 créditos previstos no Regulamento da Formação Profissional Contínua, tanto em 2020 como em 2021, e 10 créditos no ano de 2022, desde o ano de 2023 é obrigatório o cumprimento do estipulado naquele normativo.

O valor das taxas e emolumentos de 518.670 euros apresenta uma redução de 117.622 euros (-18,5%) face ao valor orçamentado em 2023. Neste valor a parcela mais significativa é referente à taxa do exame de acesso à ordem, no valor de 443.800 euros, prevendo-se em 2024 o número de 2.219 inscrições para os três exames previstos realizar com base no atual regulamento. No orçamento de 2023 o valor previsto referente à taxa de exame foi 541.800 euros, com base no número de 2.709 inscrições para os três exames que estavam previstos realizar.

Na prestação de serviços de informática aos membros (TOOnline) foi considerado um aumento de 1.363.653 euros (+20,9%), face ao orçamento de 2023, tendo em consideração o número de licenças ativas em 31 de outubro 2023 e o preço nessa data.

Os trabalhos para a própria entidade, referentes aos projetos de investimento (ativos intangíveis) Gestão de Acessos OCC e projeto de desenvolvimento informático, apresentam um valor total de 922.796 euros, mais 595.658 euros (+182,1%) em relação ao valor orçamentado em 2023.

Os outros rendimentos apresentam o valor de 87.922 euros, a que corresponde uma redução face ao valor orçamentado para 2023 de 153.796 euros (-63,6%). No orçamento de 2023 está incluído na rubrica de outros rendimentos o valor de 142.817 euros, referente à renda do edifício da Avenida 24 de Julho, anterior sede da Ordem que foi vendido em julho de 2023. A apesar de estar expressa a intenção

de venda do imóvel da Avenida 24 de Julho no Plano de Atividades de 2023, não estava prevista no Orçamento.

As multas de processos disciplinares e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) referentes à cobrança coerciva das quotas, inseridas na rubrica outros rendimentos, apresentam um valor orçamentado para 2024 de 87.922 euros, menos 10.979 euros (-11,1%) que o valor orçamentado para 2023, tendo como base o valor real estimado do ano de 2023.

Os rendimentos referentes a juros, dividendos e outros rendimentos apresentam um valor de orçamento para 2024 no montante de 149.910 euros relativos a juros obtidos das aplicações financeiras existentes de 250 mil euros, de 3,5 milhões de euros e de 1 milhão de euros, as duas últimas constituídas após a venda do imóvel localizado na Avenida 24 de julho. O valor líquido do rendimento das aplicações financeiras será revertido para o fundo de pensões da OCC.

Gastos

No quadro seguinte, apresentam-se os gastos totais orçamentados para os anos de 2023 e 2024:

Gastos	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
CMVMC	2 909		2 909		
FSE	12 355 000	12 594 718	-239 718	-1,9%	54,1%
Gastos com o pessoal	8 310 263	6 079 850	2 230 412	36,7%	36,4%
Gastos de depreciação e de amortização	1 662 438	1 461 449	200 989	13,8%	7,3%
Perdas por imparidade	84 000	96 000	-12 000	-12,5%	0,4%
Outros gastos	327 963	280 486	47 477	16,9%	1,4%
Gastos de financiamento	107 910	69 856	38 054	54,5%	0,5%
Total	22 850 483	20 582 359	2 268 124	11,0%	100,0%

Os gastos totais previstos para o ano de 2024 são de 22.850.483 euros, com um aumento de 2.268.124 euros (+11,0%) em relação ao valor orçamentado no ano de 2023.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos são a rubrica com maior peso no orçamento total da Ordem, com uma percentagem de 54,1% a que corresponde o montante de 12.355.000 euros, e apresentam uma redução de 239.718 euros (-1,9%) face ao orçamento de 2023.

O valor dos gastos com pessoal orçamentado para o ano de 2024, tem o peso de 36,4% no valor total dos gastos e apresentam o valor de 8.310.263 euros, mais 36,7% que o valor orçamentado no ano de 2023.



Comparação do orçamento para o ano de 2024 com o orçamento do ano de 2023

euros

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Subcontratos	593 205	4 034 123	-3 440 918	-85,3%	4,8%
Serviços especializados	6 329 338	4 279 980	2 049 358	47,9%	51,2%
Trabalhos especializados	4 043 439	2 561 573	1 481 866	57,8%	32,7%
Publicidade e propaganda	34 749	24 540	10 209	41,6%	0,3%
Vigilância e segurança	270 296	242 777	27 519	11,3%	2,2%
Honorários	1 341 212	902 671	438 541	48,6%	10,9%
Conservação e reparação	280 769	168 637	112 132	66,5%	2,3%
Serviços bancários	250 938	236 965	13 973	5,9%	2,0%
Outros	107 935	142 817	-34 882	-24,4%	0,9%
Materiais	274 400	203 864	70 536	34,6%	2,2%
Ferramentas e utensílios	4 512	5 872	-1 360	-23,2%	
Livros e documentação técnica	600	5 750	-5 150	-89,6%	
Material de escritório	39 450	36 186	3 264	9,0%	0,3%
Artigos para oferta	229 838	156 056	73 782	47,3%	1,9%
Energia e fluídos	316 426	283 125	33 302	11,8%	2,6%
Deslocações, estadas e transportes	447 171	314 361	132 809	42,2%	3,6%
Serviços diversos	4 394 460	3 479 265	915 196	26,3%	35,6%
Rendas e alugueres	298 321	278 498	19 823	7,1%	2,4%
Comunicação	705 206	469 032	236 174	50,4%	5,7%
Seguros	3 191 713	2 598 313	593 401	22,8%	25,8%
Contencioso e notariado	18 000	23 741	-5 741	-24,2%	0,1%
Despesas de representação	4 924	485	4 439	915,8%	
Limpeza, higiene e conforto	176 296	109 196	67 100	61,4%	1,4%
Total	12 355 000	12 594 718	-239 718	-1,9%	100,0%

A rubrica fornecimentos e serviços externos merece uma análise mais detalhada, nas seguintes subrubricas:

a) Subcontratos

Os subcontratos incluem, sobretudo, os gastos com o sistema de informação do contabilista certificado (SICC), com o alojamento do programa TOConline, a impressão das agendas e calendários, a impressão do livro de Contabilidade e das publicações periódicas da Ordem, e apresentam para 2024 o valor de 593.205 euros, com o peso nos fornecimentos e serviços de 4,8%. Em 2024, os subcontratos registam uma redução de 3.440.918 euros (-85,3%) face ao valor orçamentado para o ano de 2023. O valor referente ao programa TOConline regista uma redução substancial 3.332.735 euros (-91,5%) atendendo à cessação do contrato com o principal fornecedor de manutenção e desenvolvimento da plataforma. O valor orçamentado em 2024 é exclusivamente relativo ao alojamento.

O valor referente a impressão das agendas no orçamento do ano de 2024 está considerado na rubrica de artigos para oferta pelo valor de 126.221 euros, não tendo sido considerado qualquer valor em subcontratos.

O gasto referente à impressão do livro de Contabilidade apresenta o valor de 109.551 euros, igual ao valor apresentado no orçamento de 2023, atendendo que

a revisão técnica do livro abrangeu um período mais dilatado que o inicialmente previsto estando estimada a sua conclusão no ano de 2024. Em 2024 pretende-se disponibilizar o Livro da Contabilidade, uma obra com vários capítulos que detalha e apresenta tudo o que os contabilistas certificados e demais interessados precisam de saber sobre a contabilidade.

O gasto referente ao serviço de impressão da revista contabilista regista um valor de 97.308 euros, similar ao valor apresentado no orçamento de 2023.

euros

Subcontratos	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vinhetas	805	1 057	-253	-23,9%	0,1%
SICC	70 689	70 689			11,9%
TOCOnline	311 545	3 644 279	-3 332 735	-91,5%	52,5%
Impressão Agendas		111 229	-111 229	-100,0%	
Impressão Livro da Contabilidade	109 551	109 551			18,5%
Impressão Revista Contabilidade e Gestão	1 002		1 002		0,2%
Impressão Revista CC	97 308	97 318	-10		16,4%
Outras Impressões	2 306		2 306		0,4%
Total	593 205	4 034 123	-3 440 918	-85,3%	100,0%

b) Serviços especializados

Serviços Os serviços especializados em 2024 apresentam o valor de 6.329.338 euros, com um aumento de 2.049.358 euros (+47,9%) em relação ao orçamento de 2023, e representam 51,2% do valor total dos fornecimentos e serviços externos.

Trabalhos Especializados e honorários

Os trabalhos especializados em 2024 apresentam o valor de 4.043.439 euros, com um aumento de 1.481.866 euros (+57,8%) em relação ao orçamento de 2023. Deste valor, a maior fatia é referente aos gastos de trabalhos especializados dos formadores da formação eventual, formação segmentada, formação à distância, formação Plug-in, e reuniões livres, que tem um valor de 443.655 euros. O valor referente aos serviços de restauração da formação é 477.610 euros e para as brochuras de formação é 133.484 euros.

Os honorários apresentam, em 2024, o valor de 1.341.212 euros, com um aumento de 438.541 euros (+48,6%) face ao orçamento de 2023. Nesta rubrica de honorários os gastos com formadores apresentam o valor de 869.894 euros e o valor referente a elaboração de manuais de formação é 46.839 euros. Na rubrica de honorários está também incluído o valor de 187.054 euros para as várias Comissões, o valor de 143.040 euros para consultoria técnica e o valor de 66.420 euros para assessoria jurídica.



No quadro seguinte são apresentados os valores agregados referentes a trabalhos especializados (formadores e restauração) e honorários (formadores) referentes às várias modalidades de formação profissional disponíveis para os membros. Englobando o valor de trabalhos especializados e honorários os gastos referentes à formação profissional apresentam em 2024 o valor de 1.998.778 euros, apresentando um aumento de 972.701 euros (+94,8%) face ao orçamento do ano de 2023. Este aumento está diretamente relacionado com o plano de realização de quatro formações eventuais em 2024, tendo em consideração a nova conceção com dois formadores por formação e que no orçamento de 2023 foram estimadas a realização de três formações eventuais.

De referir que os gastos com os formadores da formação podem ser considerados trabalhos especializados ou honorários conforme a qualidade de sujeito passivo que emite as faturas.

euros

Formação – Trabalhos especializados e Honorários	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Eventual	1 079 271	392 737	686 534	174,8%	54,0%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Segmentada	122 208	43 717	78 491	179,5%	6,1%
Trabalhos especializados e Honorários -Formação Distância / Plug-in	331 952	237 454	94 498	39,8%	16,6%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação Reuniões Livres	405 400	299 748	105 652	35,2%	20,3%
Trabalhos especializados e Honorários – Formação TOCOnline ambiente de trabalho	59 947	52 422	7 525	14,4%	3,0%
Total	1 998 778	1 026 077	972 701	94,8%	100,0%

O quadro a seguir apresentado evidencia os valores orçamentados para 2024 dos gastos referentes à formação gratuita e o respetivo investimento do CCclix.

euros

Apoio aos membros – Formação	Reuniões Livres e RL TOCOnline	Formação à distância	Formação descomplicar	Formação plug-in	CCclix	Total Orçamento 2024
Investimento ativo intangível					11 928	11 928
Investimento ativo intangível em curso					5 400	5 400
Total investimentos					17 328	17 328
Recursos Humanos	15 494		2 364	12 464		30 322
Formadores	434 861	74 973	46 877	160 213		716 925
Serviços de Informática		20 787	20 787	20 787	38 364	100 725
Elaboração manuais de formação		24 630		30 561		55 192
Rendas e alugueres-Espaços	53 820					53 820
Rendas e alugueres-Equipamentos	6 850					6 850
Deslocações, Estadas e Refeições	17 842					17 842
Outros trabalhos especializados	7 231					7 231
Gastos de amortização					3 553	3 553
Total	536 098	120 391	70 028	224 025	41 916	992 458

Os trabalhos especializados incluem o valor de 605.410 euros para os serviços especializados de informática e 112.499 euros para datacenter, licenciamento e videoconferência.

Para além do referido, os trabalhos especializados incluem ainda o valor de 485.456 euros para as várias Comissões, o valor de 259.073 euros para a coleção Essencial, o

valor de 154.819 euros para serviços de advocacia, o valor de 123.164 euros para consultores externos, o valor de 100.491 euros para serviços de comunicação e imagem, o valor de 162.052 euros para o encontro nacional dos contabilistas certificados, o valor de 58.614 euros para as olimpíadas, o valor de 124.698 euros para a Festa de Natal da Ordem, o valor de 147.600 euros para o arranque do Balcão Único e o valor de 275.372 euros para eleições e tomada de posse dos Órgãos Sociais.

Publicidade e propaganda

A rubrica publicidade e propaganda tem orçamentado para o ano de 2024 o valor de 34.749 euros, mais 10.209 euros (+41,6%) que o valor orçamentado para o ano de 2023, sendo o acréscimo devido a realização de eleições para os Órgãos Sociais.

Vigilância e segurança

Os gastos referentes a vigilância e segurança, em 2024, apresentam o valor de 270.296 euros, apresentando um aumento de 27.519 euros (+11,3%) face ao valor orçamentado no ano de 2023. Do montante total previsto para o ano de 2024, 93.173 euros são atribuídos à sede e auditório de Lisboa, o montante de 67.056 euros para a delegação e auditório do Porto e o valor 106.412 euros para a nova delegação de Braga, tendo em consideração os valores reais de 2023.

Conservação e reparação

Os serviços especializados de conservação e reparação apresentam em 2024 o valor de 280.769 euros, com um aumento de 112.132 euros (+66,5%) face ao orçamento de 2023. Do valor total previsto 172.720 euros são referentes às representações, o valor de conservação e reparação de equipamento de transporte é 14.400 euros, de equipamento administrativo é 48.000 euros e licenciamento Oracle é 45.649 euros. Em relação aos gastos de conservação e reparação das representações salienta-se a delegação do Porto com um valor de 125.000 euros.

Serviços Bancários

Em relação aos serviços bancários prevê-se para o ano de 2024 um gasto de 250.938 euros, mais 13.973 euros (+5,9%) que o valor previsto no orçamento para o ano de 2023, ajustado ao valor real de 2023. O montante total previsto de serviços bancários inclui os valores de maior expressão de 145.095 euros de comissão visa/MBNET e 82.416 euros de comissão MB.

Outros serviços especializados

Os outros serviços especializados com o valor previsto para 2024 de 107.935 euros são referentes aos juros líquidos das aplicações financeiras que revertem na sua totalidade para o Fundo de Pensões. No orçamento de 2023 o valor dos outros serviços especializados de 142.817 euros, incluía na sua totalidade valor da renda do edifício



da Avenida 24 julho afeto ao Fundo de Pensões. Esta rubrica apresenta uma redução de 34.882 euros (-24,4%) face ao valor orçamentado em 2023.

c) Materiais

A rubrica materiais, incluindo ferramentas e utensílios, livros e documentação técnica, material de escritório e artigos para oferta, apresenta o valor orçamentado para 2024 de 274.400 euros, mais 70.536 euros (+34,6%) que o valor orçamentado para 2023, e refere-se essencialmente aos gastos de agendas e calendários no valor de 126.221 euros, aos gastos com as medalhas comemorativas dos 25 anos de profissão de contabilista certificado com um valor de 51.524 euros, aos custos com as ofertas do Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados no valor de 7.910 euros, aos gastos com ofertas da Corrida Solidária no valor de 2.000 euros e gastos com as ofertas da Festa de Natal a realizar em dezembro de 2024 o valor de 38.130 euros, sendo quase todo o remanescente referente a material de escritório.

d) Energia e fluídos

Os gastos previstos com o fornecimento de água e eletricidade, de Lisboa, Porto, Braga e outras representações da Ordem, e de combustíveis apresentam uma variação de mais 33.302 euros (+11,8%) face ao valor apresentado no orçamento de 2023, sendo o valor previsto para o ano de 2024 de 316.426 euros, tendo em consideração o valor real de 2023.

e) Deslocações, estadas e transportes

Esta rubrica deslocações, estadas e transportes regista, designadamente, os gastos decorrentes da participação nas diversas formações, eventos e fóruns nacionais e internacionais, bem como outras deslocações dos diversos Órgãos ao serviço da Instituição.

O valor orçamentado para o ano de 2024 é de 447.171 euros, mais 132.809 euros (+42,2%) que o valor orçamentado para o ano de 2023. Estão incluídos nesta rubrica os gastos de deslocações, estadas e transportes dos órgãos sociais no montante de 111.370 euros. Também estão incluídos nesta rubrica o valor de 97.292 euros para as deslocações, estadas e transportes da formação e 101.008 euros para as olimpíadas, sendo o valor remanescente referente a deslocações e estadas de representações internacionais, conferencias e outros eventos e transportes dos colaboradores dos vários departamentos ao serviço da Ordem.

f) Serviços diversos

Rendas e alugueres

O valor dos gastos previstos para rendas e alugueres no ano de 2024 é de 298.321 euros, com um aumento de 19.823 euros (+7,1%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2023.

Nesta rubrica destaca-se ainda o valor dos alugueres de espaços e equipamentos para as reuniões livres de 60.670 euros, e para a formação eventual o valor de 138.068 euros. Destaca-se também o valor referente às rendas das instalações das delegações da Guarda, Évora, Portalegre, Bragança, Ponta Delgada e Beja, no valor global de 41.602 euros.

Comunicação

O valor previsto para comunicação em 2024 é de 705.206 euros, com um aumento em relação ao valor previsto no orçamento de 2023 de 236.174 euros (+50,4%). Neste valor está incluído o correio normal e editorial no valor de 198.051 euros, o valor de telefones, internet e televisão de 162.617 euros, o valor de 171.450 euros para o correio normal do ato eleitoral, o montante de 118.265 euros para o envio das agendas e calendários e o valor de 54.823 euros para o envio do livro de Contabilidade.

Seguros

No que respeita à previsão de gastos com seguros, a mesma inclui as apólices de seguros de responsabilidade civil profissional e de saúde dos membros suportados pela Ordem, bem como os restantes seguros, como sejam, os do ramo automóvel, multiriscos e responsabilidade civil, contratados para o exercício da atividade institucional.

O valor previsto no orçamento para 2024 é de 3.191.713 euros, com um aumento em relação ao valor orçamentado para 2023 no montante de 593.401 euros (+22,8%). Salienta-se que esta rubrica tem um peso expressivo, de 25,8%, no valor total dos gastos de fornecimentos e serviços externos.

O valor orçamentado para 2024 do seguro de responsabilidade civil é de 930.000 euros, mais 172.625 euros (+22,8%) face ao valor orçamentado para o ano de 2023. Este aumento anual previsto está diretamente relacionado com o aumento do valor anual a pagar pelo Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (SRCP) do contabilista certificado no período de 1 de abril de 2024 a 31 de março de 2025.

O seguro de saúde dos membros em 2024 apresenta um valor de 2.224.509 euros, mais 416.229 euros (+23,0%) face ao valor orçamentado para 2023, que apresentou um valor de 1.808.280 euros, devido ao agravamento previsto da apólice para o período de 1 de abril de 2024 a 31 de março de 2025.

Contencioso e Notariado

O montante orçamentado para 2024 em relação a gastos de contencioso e notariado é de 18.000 euros, com uma redução de 5.741 euros (-24,2%) face ao valor orçamentado em 2023, com base no valor real do ano de 2023.



Limpeza, Higiene e Conforto

Relativamente aos gastos de limpeza, higiene e conforto estima-se para o ano de 2024 o valor de 176.296 euros, com um aumento de 67.100 euros (+61,4%) face ao valor orçamentado no ano de 2023. No valor total apresentado referente aos gastos de limpeza, higiene e conforto da sede e representações, a sede e auditório apresentam o valor mais expressivo com 89.175 euros, a representação do Porto apresenta o valor de 50.467 euros e a representação de Braga o valor de 17.339 euros, sendo o valor remanescente afeto às restantes representações da Ordem.

Gastos com o pessoal

Competência, responsabilidade, capacidade de resposta, altruísmo e agilidade, são estas as características comuns a todos os colaboradores da Ordem por forma a que os vários serviços e departamentos consigam, nas mais variadas áreas, responder a todas as necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados.

Neste sentido, como é nosso apanágio, continuaremos atentos, identificando necessidades e agindo prontamente no sentido de reforçar os pontos ou áreas de apoio aos membros que carecem de reforço. Seja em termos de apoio técnico, jurídico, formativo ou pessoal, continuaremos a melhorar e dia após dia, a ajuda da Ordem será sempre mais eficiente e de pronta resposta.

O presente Plano de Atividades e Orçamento apresenta, para 2024, a estrutura interna da Ordem constituída por 168 colaboradores, mais 25 colaboradores que o orçamento de 2023, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si. Este acréscimo do número de colaboradores deve-se ao reforço da equipa interna informática, bem como a contratação para as delegações e para a área jurídica/técnica.

Os gastos com pessoal, que incluem as remunerações e encargos dos colaboradores e órgãos sociais da OCC, apresentam o valor de 8.310.263 euros, registando um aumento de 2.230.412 euros (+36,7%) face ao orçamento de 2023.

As remunerações dos Órgãos Sociais orçamentadas para o ano de 2024 tem como base o estipulado pela Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC vertido na Ata n.º 7 de 23 de novembro de 2023.

<i>euros</i>					
Gastos com o Pessoal	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/ total
Remunerações órgãos sociais	688 320	687 120	1 200	0,2%	8,3%
Remunerações do pessoal	6 015 020	4 209 587	1 805 433	42,9%	72,4%
Encargos sobre remunerações órgãos sociais	145 187	144 943	244	0,2%	1,7%
Encargos sobre remunerações do pessoal	1 247 027	876 132	370 895	42,3%	15,0%
Seguros de acidente no trabalho	29 948	25 764	4 185	16,2%	0,4%
Gastos de acção social	167 360	120 904	46 456	38,4%	2,0%
Outros gastos com o pessoal	17 400	15 400	2 000	13,0%	0,2%
Total	8 310 263	6 079 850	2 230 412	36,7%	100,0%

Outros Gastos

euros

Outros Gastos	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Gastos de depreciação e de amortização	1 662 438	1 461 449	200 989	13,8%	76,2%
Ativos fixos tangíveis	901 573	1 109 478	-207 905	-18,7%	41,3%
Ativos intangíveis	760 865	351 971	408 895	116,2%	34,9%
Perdas por imparidade	84 000	96 000	-12 000	-12,5%	3,8%
Em dívidas a receber	84 000	96 000	-12 000	-12,5%	3,8%
Outros gastos	327 963	280 486	47 477	16,9%	15,0%
Impostos	48 752	49 670	-918	-1,8%	2,2%
Donativos	4 800	6 000	-1 200	-20,0%	0,2%
Quotizações	256 411	223 736	32 675	14,6%	11,7%
Outros	18 000	1 080	16 920	1566,7%	0,8%
Gastos de financiamento	107 910	69 856	38 054	54,5%	4,9%
Juros de financiamentos obtidos	107 910	60 741	47 169	77,7%	4,9%
Juros contrato de locação financeira		9 115	-9 115	-100,0%	
Total	2 182 311	1 907 790	274 521	14,4%	100,0%

Depreciações e amortizações

As depreciações referentes aos ativos fixos tangíveis apresentam o valor de 901.573 euros, uma redução de 207.905 euros (-18,7%) face ao orçamento de 2023. O valor estimado das depreciações tem em consideração os ativos fixos tangíveis atualmente existentes e o investimento previsto para 2024 da delegação de Viana do Castelo de 120.000 euros e equipamento administrativo diverso no valor de 250.917 euros.

As amortizações de ativos intangíveis apresentam o valor de 760.865 euros com um aumento de 408.895 euros (+116,2%) em relação ao valor orçamentado para 2023. O valor estimado das amortizações tem em consideração os ativos intangíveis atualmente existentes, incluindo o valor referente ao investimento previsto para 2024 de novas funcionalidades do desenvolvimento informático do TOConline e novos cursos e tutoriais do CCclix.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade apresentam um valor orçamentado para 2024 no montante de 84.000 euros, registando um valor ligeiramente mais baixo, menos 12.000 euros (-12,5%), face ao valor do orçamento de 2023.

Outros gastos

A rubrica outros gastos inclui os impostos (IUC, IMI), os donativos com relevância para as instituições produtoras de eventos relacionados com a atividade profissional, as quotizações para as entidades nacionais e internacionais onde participamos



(European Federation of Accountants for SME's (EFAA), Comité de Integración Latino-Europa América (CILEA), Fédération des Experts Comptables Méditerranéens (FCM), International Federation of Accountants (IFAC), Edinburgh Group (EG), Instituto Internacional de Costos (IIC), União de Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP), Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) e Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES).

Esta rubrica apresenta o valor orçamentado em 2024 no montante de 327.963 euros, mais 47.477 euros (+16,9%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2023.

O valor orçamentado para o ano de 2024 referente a impostos é de 48.752 euros, o valor referente a donativos é de 4.800 euros, o valor estimado para quotizações é de 256.411 euros.

Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento com um montante orçamentado para 2024 de 107.910 euros apresentam um aumento de 38.054 euros (+54,5%) motivado pelo valor orçamentado em 2023, face ao agravamento das taxas de juro. Os juros de financiamento estão estritamente relacionados com os investimentos realizados de aquisição e remodelação das instalações do Porto e do auditório de Lisboa. Em outubro de 2023 foi efetuado o pagamento antecipado do valor referente ao contrato de locação financeira das instalações adquiridas para a "Casa do CC" de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho.

Plano anual de investimentos

Plano anual de investimentos	Orçamento 2024	Orçamento 2023
Ativos fixos tangíveis	370 917	268 450
Edifícios e Outras Instalações	120 000	150 000
Delegação Viana Castelo	120 000	150 000
Equipamento administrativo	250 917	118 450
Mobiliário Diverso		18 450
Equipamento informático	250 917	100 000
Activos intangíveis	631 578	1 001 247
Site e App		350 322
CCclix	11 928	650 925
Desenvolvimento Informático	619 650	
Investimentos em curso	904 040	411 572
Instalações do Porto	125 000	75 000
Instalações de Braga	500 000	75 000
CCclix	5 400	108 661
Desenvolvimento Informático	273 640	
Gestão de Acessos OCC		152 911
Total	1 906 535	1 681 269

No ano de 2024, prevê-se um valor de 120.000 euros de investimento na delegação de Viana do Castelo adquirida em julho de 2021.

O investimento em curso das instalações do Porto no valor de 125.000 euros e Braga no valor de 500.000 euros, é referente a todos os encargos iniciais relacionados com os projetos para remodelação das instalações da representação do Porto e construção de estruturas base para a representação em Braga.

A nível do equipamento administrativo está previsto a aquisição de equipamento informático no valor de 250.917 euros.

No caso dos ativos intangíveis, está previsto o investimento de 893.290 euros para o desenvolvimento informático de introdução de novas funcionalidades no TOConline (disponibilizando novos módulos), sendo incluído o valor de 273.640 euros referente a ativos intangíveis em curso.

Está também previsto o investimento de ativos intangíveis no valor de 17.328 euros, incluindo o valor de 5.400 euros de ativos intangível em curso, para um ciclo novos cursos de formação e tutoriais CCclix.

Os investimentos previstos são realizados com recurso a fundos patrimoniais próprios da Ordem e serão concretizados na proporção das disponibilidades financeiras correntes existentes.

Tesouraria

O orçamento de tesouraria para 2024 apresenta valores estimados para o período de janeiro a dezembro de acordo com o orçamento previsto e os compromissos previamente assumidos.

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de bancos em 01/01/2024 de 574.796 euros, de acordo com o valor do saldo final a 31/12/2023, o valor total previsto de recebimentos de 25.217.289 euros e de pagamentos de 25.476.768 euros, prevê-se um saldo positivo em bancos a 31/12/2024 de 315.318 euros, ao qual acresce o montante de 4.750.000 euros referente às três aplicações financeiras, com um total de disponibilidades em caixa e bancos de 5.065.318 euros. O saldo final de 31/12/2023 foi estimado com base no valor real a 31/10/2023 e os valores estimados de novembro e dezembro de 2023.

No quadro seguinte apresenta-se o orçamento de tesouraria para o ano de 2024, o montante esperado referente às aplicações financeiras e os valores referentes ao *plafond* disponível para utilização, ambos com referência ao ano de 2024.



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024

EUROS

Orçamento de tesouraria	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Acumulado
	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	
RECEBIMENTOS	3 024 576	1 417 981	2 599 405	2 393 413	1 607 543	1 594 093	2 960 461	1 380 211	1 752 850	2 669 351	1 884 586	1 932 821	25 217 289												
Quotas Recebidas	1 991 755	452 488	1 006 443	1 414 314	629 812	633 147	1 521 423	361 146	713 347	1 386 101	709 130	901 144	11 720 250												
Ações Formação	10 526	14 032	678 802	8 221	5 723	7 922	422 601		37 088	355 025	260 321	11 257	1 811 516												
Outras Receitas	951 676	893 935	856 091	914 074	890 421	865 821	945 639	933 141	908 255	864 294	836 114	865 861	10 725 321												
Fundo de Pensões	70 620	57 527	58 069	56 804	81 588	87 204	70 799	85 924	94 161	63 931	79 021	154 559	960 202												
PAGAMENTOS	1 967 526	1 739 892	2 247 493	2 075 128	1 750 497	2 033 285	2 651 437	1 583 370	2 247 602	2 144 028	2 510 452	2 526 059	25 476 768												
Seguros	233 488	233 484	233 481	307 417	275 705	275 559	412 302	275 702	275 678	275 716	281 879	276 329	3 356 740												
Fornecedores C/C	744 760	531 724	998 335	784 811	443 004	495 685	930 662	291 581	984 442	888 584	822 819	873 875	8 790 283												
Fornecedores de Investimentos	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	107 240	1 286 884												
Recursos Humanos/SS/RS/FCT	601 792	562 090	586 287	581 060	562 136	838 269	777 158	561 210	556 830	560 047	888 468	887 711	7 963 056												
Impostos	110 516	114 125	194 218	176 232	157 834	160 373	193 948	142 613	164 399	179 220	192 463	159 412	1 945 351												
Pagamentos diversos	21 900	21 900	21 900	11 900	11 900	21 900	16 900	10 900	16 900	21 900	21 900	16 900	216 800												
Membros - Fundo Social	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	10 390	124 678												
Entregas Fundo Pensões	81 508	57 527	58 069	56 804	81 588	89 896	162 430	85 924	94 161	63 931	79 021	157 281	1 068 137												
Financiamentos	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	8 277	74 944	8 277	365 990												
Outros Gastos Financeiros	47 655	26 469	29 297	30 997	25 757	25 697	32 129	22 866	29 285	28 724	31 328	28 644	358 848												
BALANÇO MÉS	1 057 050	-321 911	351 912	318 285	-142 954	-439 192	309 024	-203 159	-494 752	525 323	-625 866	-593 238	-259 479												
Saldo inicial a 01/01/2023:	574 796																								
ACUMULADO MÉS	1 631 846	1 309 935	1 661 847	1 980 132	1 837 178	1 397 985	1 707 010	1 503 851	1 009 099	1 534 422	908 556	315 318	315 318												
Banco Comercial Português	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000												
BPI	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000												
TOTAL caixa + dep. bancários	6 381 846	6 059 935	6 411 847	6 730 132	6 587 178	6 147 985	6 457 010	6 253 851	5 759 099	6 284 422	5 658 556	5 065 318	5 065 318												
Plifond disponível para utilização:																									
Banco Comercial Português	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000												
Santander	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000												
Disponibilidade	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000												

Desde o início do primeiro mandato, no ano de 2018, o Conselho Diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo da despesa e das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2018, reduzindo o endividamento e, conseqüentemente, o valor dos juros a pagar.

Para o ano de 2024, tal como durante os anos de 2019 a 2023, mantendo a mesma política de boa gestão das despesas com medição da efetiva necessidade em relação aos objetivos definidos no plano de atividades e gestão cada vez mais eficiente dos valores cobrados, não está prevista a utilização de qualquer valor das contas caucionadas. Apesar disso, e tendo em consideração a premissa de uma gestão prudente e de boa cobertura de qualquer imprevisto extraordinário devido a razões exógenas ou outras análogas, está previsto para o ano de 2024 a manutenção do *plafond* disponível para utilização de 1.250.000 euros do Millennium BCP e do Santander Totta.

A aquisição e remodelação das novas instalações do Porto, inauguradas em março de 2016, teve um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros (4.000.000 euros), com um valor em dívida no fim de 2023 de 2.066.667 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros estará totalmente amortizada em 2024 e a segunda no ano de 2031. Durante o ano de 2024 está prevista a amortização de 266.667 euros, sendo o montante em dívida no fim de 2024 de 1.800.000 euros.

Para aquisição e remodelação do novo auditório de Lisboa, na Rua Defensores de Chaves, foi realizado um investimento de 4.709.382 euros, pelo que foi necessário recorrer a um financiamento no BPI no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que termina em 2031. O montante em dívida no final de 2023 é de 1.695.277 euros sendo o montante amortizado em 2024, de 99.323 euros, pelo que o valor previsto em dívida no final de 2024 será de 1.595.954 euros.

As instalações adquiridas para a casa OCC de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, com um valor de investimento até ao momento de 1.496.628 euros, tiveram um financiamento do BPI aprovado para sua aquisição no montante de 675.000 euros, com amortização até 2031. Em outubro de 2023 foi realizada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho.

De acordo com o orçamento de tesouraria o valor estimado da dívida em 31 de dezembro de 2024 é 3.395.954 euros, com uma amortização acumulada dos financiamentos do período 2018 a 2024 no valor de 6.784.897 euros, que corresponde a uma amortização de 66,6% do montante em dívida em 31 de dezembro de 2017.



Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa do período findo em 31/12/2024

euros

RUBRICAS	Previsional 31/12/2024	Previsional 31/12/2023
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e membros	24 060 438	24 028 675
Pagamentos a fornecedores	-12 147 023	-15 492 207
Pagamentos ao pessoal	-7 963 056	-6 280 159
Caixa geradas pelas operações	3 950 358	2 256 309
Outros recebimentos/pagamentos	-2 556 988	-1 645 094
Fluxos das atividades operacionais (1)	1 393 371	611 215
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-1 274 957	-389 973
Ativos Intangíveis	-11 928	-110 720
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		5 100 236
Juros e rendimentos similares	107 935	234
Fluxos das atividades de investimento (2)	-1 178 950	4 599 778
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos de depósitos bancários	-365 990	-365 990
Juros e gastos similares	-107 910	-132 365
Financiamentos obtidos de locação financeira		-379 197
Fluxos de atividades de financiamento (3)	-473 900	-877 552
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-259 479	4 333 441
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 324 796	991 356
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5 065 318	5 324 796

Balanço Previsional em 31/12/2024

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2024	Previsional 31/12/2023
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	22 061 641	21 967 297
Bens do património histórico e cultural	292 328	292 328
Ativos Intangíveis	1 697 937	1 536 007
Outros créditos e ativos não correntes	30 625	30 625
Subtotal	24 082 532	23 826 256
Ativo corrente		
Inventários	23 764	26 673
Créditos a receber	5 751	5 751
Estado e outros entes públicos	30 430	30 430
Membros	1 438 082	1 309 030
Diferimentos	1 125 578	1 388 345
Ativos não correntes detidos para venda	1 500 285	1 500 285
Outros ativos correntes	225 939	183 964
Caixa e depósitos bancários	5 065 318	5 324 796
Subtotal	9 415 147	9 769 275
Total do ativo	33 497 679	33 595 532
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	23 453 236	20 815 817
Resultados transitados		-1 119 340
Reservas fundo de solidariedade social	125 322	13 970
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Subtotal	23 598 558	19 730 447
Resultado líquido do período	467 110	3 992 789
Total dos fundos patrimoniais	24 065 668	23 723 236
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	300 000	300 000
Financiamentos obtidos	3 096 631	3 395 954
Subtotal	3 396 631	3 695 954
Passivo corrente		
Fornecedores	626 657	431 815
Estado e outros entes públicos	365 294	265 923
Financiamentos obtidos	299 323	365 990
Diferimentos	3 422 312	3 127 312
Outros passivos correntes	1 321 795	1 985 302
Subtotal	6 035 381	6 176 342
Total do passivo	9 432 011	9 872 296
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	33 497 679	33 595 532



Demonstração Previsional dos Resultados por Naturezas

Demonstração Previsional dos resultados por naturezas	Orçamento 2024	Orçamento 2023	Previsional 2023	Orçamento Variação	Orçamento Variação %
Vendas e serviços prestados	22 161 311	20 301 998	21 583 553	1 859 313	9,2%
Trabalhos para a própria entidade	922 796	327 138	831 145	595 658	182,1%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 909		-3 096	-2 909	
Fornecimentos e serviços externos	-12 355 000	-12 594 718	-13 607 854	239 718	-1,9%
Gastos com o pessoal	-8 310 263	-6 079 850	-6 739 016	-2 230 412	36,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-84 000	-96 000	-30 649	12 000	-12,5%
Provisões (Aumentos e Reduções)			-300 000		
Outros rendimentos	87 922	241 718	3 920 917	-153 796	-63,6%
Outros gastos	-327 963	-280 486	-457 721	-47 477	16,9%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 091 894	1 819 799	5 197 278	272 095	15,0%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-1 662 438	-1 461 449	-1 130 251	-200 989	13,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	429 456	358 350	4 067 027	71 106	19,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	149 910		59 836	149 910	
Juros e gastos similares suportados	-107 910	-69 856	-134 074	-38 054	54,5%
Resultado antes de impostos	471 456	288 494	3 992 789	182 961	63,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-4 346			-4 346	
Resultado líquido do período	467 110	288 494	3 992 789	178 616	61,9%

Conforme demonstração previsional dos resultados por naturezas apresentada, prevê-se que o resultado líquido do período do ano de 2024 ascenda a 467.110 euros.

Aprovado em reunião de Conselho Diretivo de 7 de dezembro de 2023.

Bastonária

Paula
Franco

XV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2024

Nos termos das disposições estatutárias, designadamente do disposto no art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, não compete ao Conselho Fiscal (CF) a emissão de Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (doravante apenas 'PAO 2024') anual da Ordem. No entanto, o Conselho Diretivo (CD) solicitou ao CF a emissão de Parecer sobre o referido PAO 2024.

O PAO 2024 assenta nas opções estratégicas do CD formalizadas em três vetores - "A Ordem dos membros, para os membros e com os membros", "O contabilista e o relato de sustentabilidade" e "Profissionais que constroem confiança" - abrangendo o Plano de atividades, os Mapas previsionais de rendimentos e de gastos, o Plano anual de investimentos, o Balanço previsional em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 33.497.679 euros e um total dos fundos patrimoniais de 24.065.668 euros, incluindo um resultado líquido do período de 467.110 euros), a Demonstração previsional dos resultados por naturezas, a Demonstração previsional dos fluxos de caixa e o Orçamento de tesouraria, todos referentes ao período de 2024.

Para a concretização dos vetores estratégicos mencionados, encontra-se previsto um plano operacional, contemplando um conjunto de medidas e ações a realizar.

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos.

O trabalho que efetuámos, tendo em vista aferir se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes, incluiu a realização de indagações destinadas a avaliar a razoabilidade da apresentação da informação previsional.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do Parecer sobre o PAO 2024.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável relativamente àquela informação e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela Ordem.

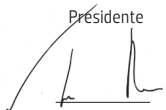
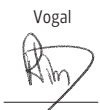



Por fim, advertimos que os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que as quantias reais poderão vir a ser diferentes das previstas e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Face ao exposto, o CF dá parecer favorável à aprovação pela Assembleia Representativa do PAO para o período de 2024 apresentado pelo CD.

Lisboa, 11 de dezembro de 2023.

O conselho fiscal

 Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes	 Raquel Vandra da Mota Pinto	 José António Marques Pereira
--	--	--



Ordem dos Contabilistas Certificados

Avenida Barbosa du Bocage, 45 • 1049-013 Lisboa

Tel. 217 999 700 | Fax. 217 957 332

www.occ.pt | geral@occ.pt